

EDITORIAL

DE UM SÉCULO A OUTRO

O século XX foi marcado por enormes esperanças e gigantescas tragédias: abriu possibilidades de desenvolvimento humano jamais sonhadas, mas foi igualmente um século bárbaro, com totalitarismos, massacres e genocídios. O século se encerra com a existência de riquezas fantásticas e promessas de grandes desenvolvimentos técnicos, mas também com desigualdades sociais maiores do que nunca, uma crescente crise ecológica e com guerras, fanatismos e racismos lançando sombras ameaçadoras sobre nossa espécie.

Que lições tiramos desta era de extremos, do imperialismo e do fascismo, do estalinismo e da social-democracia, das lutas proletárias e dos novos movimentos de massa, do impacto social e político das novas tecnologias e do multiculturalismo, da globalização e das novas formas de dominação?

A esquerda socialista necessita debater nossa época com a visão mais ampla e apreender os traços marcantes da transição histórica que vivemos para pesar na construção de um outro mundo, para criar as condições de travar uma luta efetiva pela emancipação humana no século XXI.

Quando o Partido dos Trabalhadores comemora vinte anos e enfrenta dificuldades em definir perspectivas estratégicas para a transformação da sociedade brasileira, a atualização do horizonte revolucionário torna-se uma questão candente.

É contribuindo para esta discussão que publicamos nesta edição de *Em Tempo* um dossiê com cinco intervenções – de Enzo Traverso, Samy Johsua, Antoine Artous, Michael Löwy e Daniel Bensaïd – que lançam um olhar retrospectivo sobre o passado e prospectivo sobre o futuro. Elas foram originalmente publicadas pelo jornal *Rouge*. São posicionamentos que colocam a democracia, a igualdade, a liberdade e a revolução no centro da luta pela transformação social no século XXI. Fazem uma aposta, otimista mas não ingênua, na capacidade da humanidade e do movimento socialista superar seus limites, descobrir novos caminhos e construir novas utopias.

JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO
EM TEMPO



VIVA OS VINTE ANOS DO PT

RAUL PONT

Há vinte anos, no memorável 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, delegações de 17 Estados brasileiros fundaram o Partido dos Trabalhadores.

Nascíamos numa conjuntura de declínio e crise do regime militar de 1964. O autoritarismo da ditadura e do seu sistema político bipartidário não mais suportavam o rápido desenvolvimento industrial e os novos atores sociais que a fase do “milagre brasileiro” engendrara.

O PT foi a expressão política desta nova conjuntura. Nascia no bojo das grandes gre-

ves do final dos anos 70 e sob a liderança dos principais dirigentes que as lutas sindicais produziram no período. A luta pela organização independente dos trabalhadores, herança das tentativas buscadas desde as primeiras décadas do século, tornava-se realidade.

A presença de uma nova geração de lideranças sindicais, crítica à estrutura sindical atrelada ao Estado, associada a uma nova geração de socialistas que se forjava na resistência ao regime militar e nas lutas estudantis dos anos 60, completava-se com a adesão ao Partido de setores dos mo-

NESTA EDIÇÃO

Dossiê: O Século XX

Enzo Traverso, Samy Johsua, Antoine Artous, Michael Löwy e Daniel Bensaïd analisam a herança que o século deixa para o pensamento e a política socialistas

PÁGINAS 6 A 9 E 16

RAFAEL FREIRE E SILVANA KLEIN
DEBATEM A REFORMA TRABALHISTA
DE FHC E DA CUT

PÁGINA 11



FERNANDO KINAS DISCUTE OS
DESCAMINHOS DA POLÍTICA
CULTURAL NO BRASIL

PÁGINA 14

vimentos de base da igreja.

Essa origem tornou inédito o PT entre outras experiências partidárias na esquerda internacional. Foi a base de seu pluralismo, de sua tolerância anti-dogmática e anti-sectária. Ao Partido aderiam e eram bem-vindos os que queriam lutar sem tréguas contra a ditadura e na defesa dos interesses dos trabalhadores da cidade e do campo.

A bandeira do “partido sem patrões” instintivamente expressava essa vontade mas simbolizava também o Partido sem chefes, sem caudilhos, sem donos.

Nestes vinte anos construímos uma nova teoria e uma nova prática partidárias, hoje referência para a esquerda em vários países.

Essa concepção democrática, que não é contraditória com a unidade partidária, é a nossa maior virtude orgânica e o principal patrimônio político que tem garantido nossa unidade e crescimento ao longo de duas décadas.

Inauguramos uma nova prática e uma nova ética na política brasileira: controle dos eleitos pelo Partido para evitar as tentações da burocratização, bancadas sintonizadas com o Partido e com os compromissos com os eleitores.

O PT contribuiu igualmente para estimular e organizar a ação independente dos movimentos sociais – solidariedade aos movimentos dos sem terra, dos sem teto e de outros setores sociais excluídos – e a construção da CUT, em 1983.

NA VANGUARDA DAS LUTAS

Ao longo desses vinte anos estivemos na vanguarda das grandes jornadas nacionais como a luta pela anistia, pela Constituinte soberana e exclusiva, pelas eleições diretas e no impedimento de Collor de Mello. Há quase uma década animamos, junto com outros partidos, o Fórum de São Paulo, espaço dos partidos e movimentos socialistas e democrático-populares da América e do Caribe.

Conquistamos a Prefeitura de Porto Alegre porque conseguimos transformar, nas ruas, a apatia e a indiferença em confiança e na esperança da coragem de mudar.

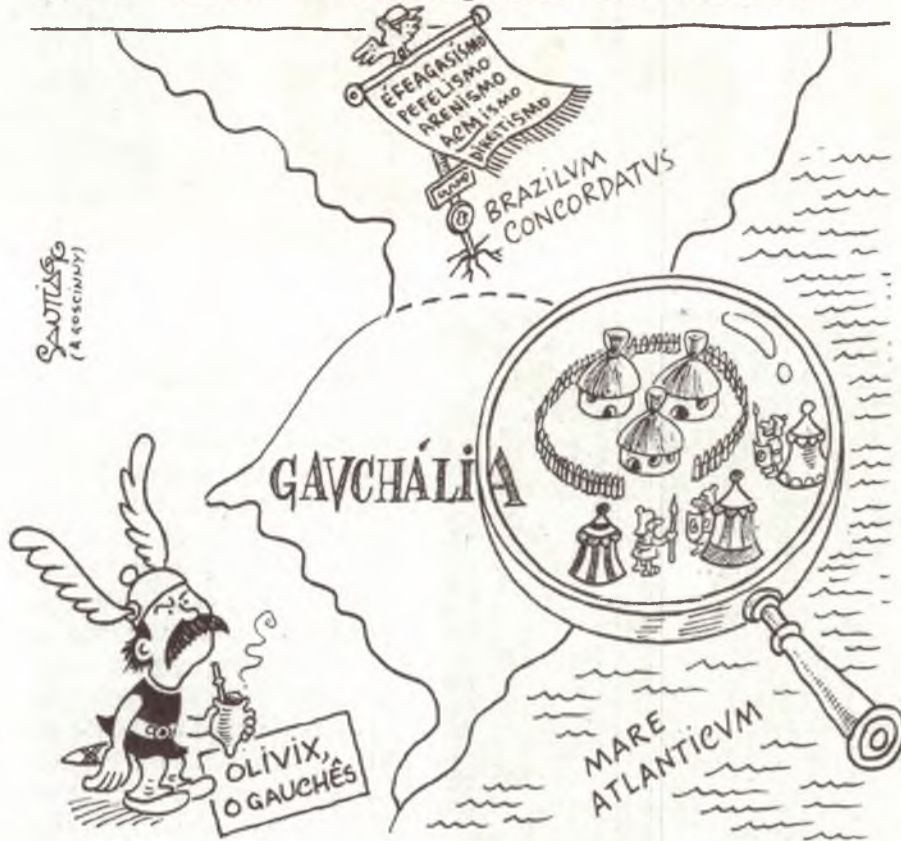
Nenhum de nós foi o mesmo depois do “Lulalá” de 1989 e todos nós fomos protagonistas das vitórias consecutivas na capital gaúcha e da virada em 1998 quando o entusiasmo, a militância consciente e a sintonia com o movimento popular empolgaram os gaúchos na conquista do Palácio do Piratini (sede do governo estadual).

Nesta última década o PT resistiu ao embate com a avalanche neoliberal. O “pensamento único” uniformizou as várias facções da classe dominante brasileira e trouxe para suas fileiras o centro democrático e a pretensa social democracia. Nosso Partido soube permanecer contra a corrente e constituir-se na principal força opositora ao projeto neoliberal, expressão atual do capitalismo financeiro predominante a nível mundial.

A fase da resistência tem sido duríssima nas consequências materiais e sociais para as economias e os povos subdesenvolvidos: a perda da soberania nacional, o retrocesso econômico e a destruição de setores produtivos, a subordinação aos centros monopolísticos do capitalismo e as consequências dramáticas do desemprego, da miséria e da exclusão social.

CONTINUA NA PÁGINA 3

A ALDEIA GAUCHESA



ESTAMOS NO ANO 1998, DEPOIS DE CRISTO. TODA A PINDORAMA FOI OCUPADA PELOS TUCANOS... TODA? NÃO! UMA ALDEIA POVOADA POR IRREDUTÍVEIS GAUCHESES RESISTE AO INVASOR. E A VIDA NÃO É FÁCIL PARA AS CENTÚRIAS DE LEGIONÁRIOS NEO-LIBERAIS NOS CAMPOS FORTIFICADOS DE PORTVS ALEGRORVM, SANTA MARIANVM, BAGESVM, ALEGRETVM E BOSSOROCVM...

EM DEFESA DO GOVERNO OLÍVIO

J. Luiz Marques (org.). **Rio Grande do Sul: Estado e cidadania.** Porto Alegre: Palmarinca, 1999.

Textos de Adão Villaverde, Beto Albuquerque, Carmen de Oliveira, Dilma Rousseff, Enêas de Souza, Francisco Vicente, Íria Charão, José Hermeto Hoffman, Jussara Cony, Luiz Augusto Faria, Lúcia Camini, Márcio Schweig, Maria Luiza Jaeger, Paulo Torelly, Raul Pont e Ubiratan de Souza

A eleição de Olívio Dutra, governador, e Miguel Rosseto, vice-governador, contrariou interesses poderosos no RS. Ao mesmo tempo, mostrou que os projetos políticos e ideológicos que ousam afirmar um programa nitidamente identificado com as demandas das classes trabalhadoras contém possibilidades desconhecidas para os ideólogos do "fim da história". Mas já conhecidas do povo gaúcho, ainda que de forma embrionária em função do curto período transcorrido desde a posse do governo democrático e popular em 1º de janeiro de 1999. O caminho único pregado pelo neoliberalismo não é uma inevitabilidade.

A publicação dessa obra coletiva, *Rio Grande do Sul: Estado e Cidadania*, propicia o acompanhamento intelectual e político da trajetória inicial da administração da Frente Popular, tão repleta de disputas

contra o conservadorismo até o momento. No quadro de uma república e de uma nação que permanecem esboços inacabados no Brasil, a coletânea de artigos apresentados aqui a partir de uma experiência administrativa concreta busca contribuir para uma avaliação livre dos preconceitos e desinformações que engrossam, midiaticamente, o caldo da cultura sul-riograndense e brasileira com os valores excludentes da sociedade de mercado.

A primeira parte do livro analisa as difíceis condições que envolvem a sedimentação de um *Estado* que promova a justiça social e o desenvolvimento econômico para todos. A segunda registra algumas das políticas públicas setoriais em processo de implementação efetiva, bem como a construção em curso de instrumentos de expressão plena da *Cidadania*. A terceira reúne reflexões que retomam a discussão sobre a democracia participativa, revelam as expectativas dos movimentos sociais organizados com a ascensão da esquerda ao poder executivo estadual no Rio Grande e expõem os desafios colocados para as forças sociais anti-sistêmicas no século XXI.

A história recém começou...
Apresentação do organizador

NOTAS

JORNAL EM TEMPO É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA. R. BRIGADEIRO GALVÃO, 138 BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000 FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550 E-MAIL: ETEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP). EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE, CAIO GALVÃO DE FRANÇA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS.

TIRAGEM: 4.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL. FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 25 DE FEVEREIRO.

Impressão MagnaPrint 0xx11 - 421-6270

INTERNET: PÁGINAS DE INTERESSE

O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) é uma das organizações mais atuantes na defesa dos direitos dos povos originários do nosso continente. Sua página Web é leitura fundamental nesses dias de maquiagem global dos 500 anos de exploração e opressão sofridos nas terras do pau-brasil: <http://www.cimi.org.br/>

Para surfar pelos sites do movimento sindical do Brasil (e de vários outros países) um bom portal é o oferecido pela Pandora, uma empresa de assessoria sindical que está localizado em: <http://www.sindicato.com.br/>

Para saber como andam a política e a cultura em outros países, recomendamos os seguintes jornais:

- no México, *La Jornada*: <http://serpiente.dgsca.unam.mx/jornada/index.html>
- na Argentina, *Página 12*: <http://www.pagina12.com/>
- na Espanha é possível utilizar um ótimo buscador através do qual é fácil acessar a notícias de todos os jornais desse país: <http://titulares.com>

Produtos da Reforma Agrária



tiva se insere no esforço do MST de consolidação dessas ricas experiências político-organizativas e produtivas., que tem como um de seus pilares a cooperação.

Com essa intenção é que o MST organizou o Sistema Cooperativista dos Assentados que já reúne 2 Cooperativas de Crédito, 81 Cooperativas de Produção, Comercialização e Serviços, 9 Cooperativas Centrais Estaduais e a Confederação das Cooperativas do Brasil - Concrab.

Além da loja, começou a funcionar o Escritório de Negócios, cuja principal atribuição é organizar, de forma articulada, com canais e equipamentos próprios, a venda direta no atacado da produção. Vá conferir!

Loja da Reforma Agrária
Rua Brigadeiro Galvão, 28
São Paulo - SP
telefax: (11) 36664451
e-mail: lojara@uol.com.br

Mel, doces caseiros, artesanatos, grãos, frios, plantas medicinais, leite...

Isso tudo pode ser encontrado na primeira loja da reforma agrária do Brasil, que acaba de ser inaugurada na cidade de São Paulo.

Os produtos são oriundos de assentamentos de todo o país e a inicia-

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 25,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 50,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00 NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550 - **Sucursal RS, Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90.010-380** - Fone: (51) 226.5450. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

VIVA OS VINTE ANOS DO PT

A ideologia neoliberal, no entanto, perde fôlego. Em Seattle, a OMC não conseguiu realizar sua rodada para o próximo milênio. E o fracasso não foi determinado apenas pela ação dos Partidos, ONGs e movimentos sociais presentes nas ruas para boicotar o evento. As contradições internas nas relações interimperialistas aguçam-se e tornam mais difíceis os acordos.

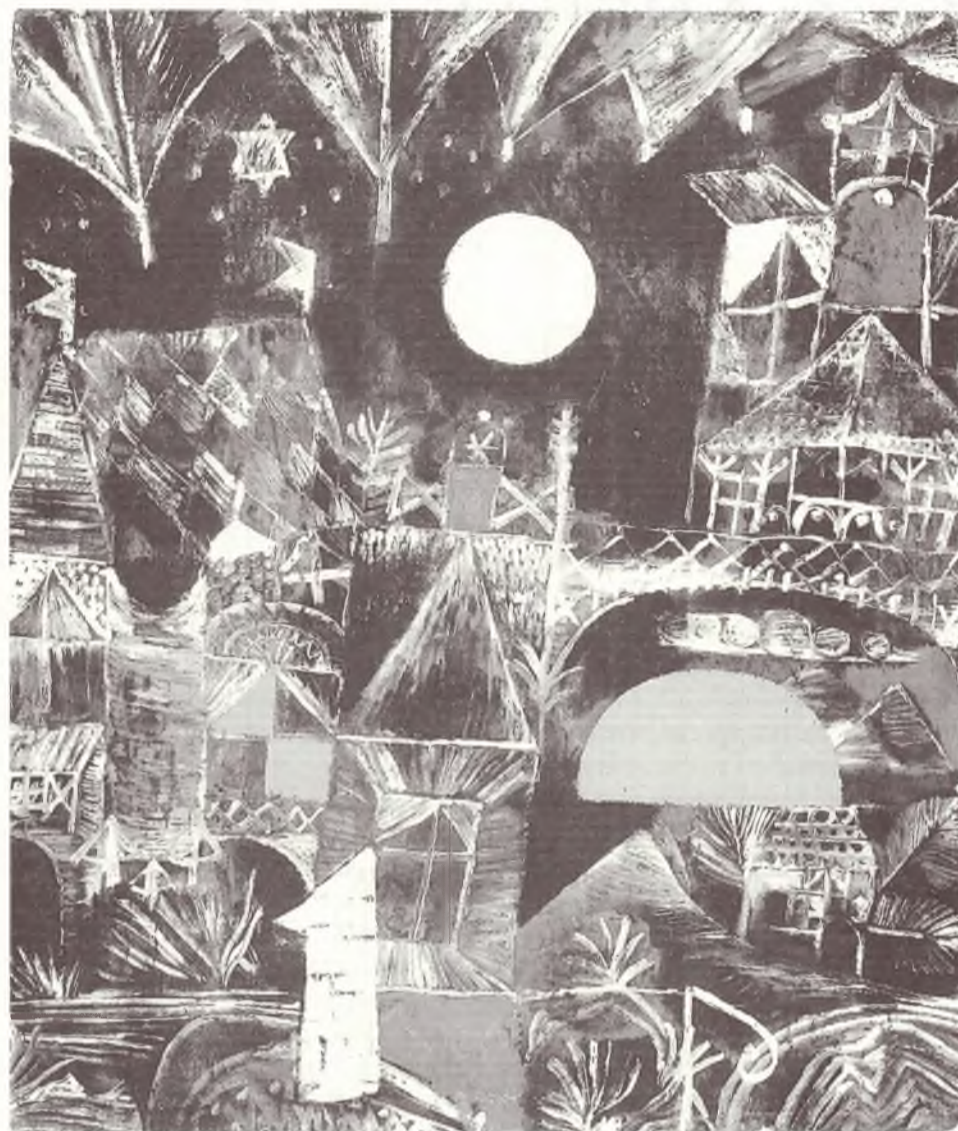
Aqui no Sul já mostramos que é possível romper o figurino do "pensamento único" e governar a capital com democracia participativa, sem dívidas e com capacidade de investimento na cidade.

Provamos que empresas públicas são superavitárias quando administradas sem corrupção, com transparência e controle democrático da população. Ao arrocho salarial imposto por FHC aos servidores federais, aos aposentados e ao salário mínimo, respondendo com salários reajustados bimestralmente pela inflação.

Mas, fundamentalmente, construímos uma nova relação da sociedade com o Estado, que vai além da democracia representativa. Não é gratuito o reconhecimento internacional da experiência do Orçamento Participativo. Suas potencialidades são imensas para uma nova compreensão democrática. Seu aprofundamento, sua teorização e apropriação pelo conjunto do Partido são desafios ainda não enfrentados plenamente.

DEMOCRACIA E SOCIALISMO SÃO INDISSOCIÁVEIS

Um programa de transição ao socialismo nos cobra desenvolver a cada momento propostas que signifiquem sal-



tos de qualidade na prática e na consciência de seus protagonistas.

Nesse momento em que celebramos os vinte anos de existência do nosso Partido e nos dedicamos integralmente a dar continuidade à exitosa experiência que estamos vivendo, transmitimos aos com-

panheiros nossas fraternais saudações pelas lutas e utopia que juntos abraçamos.

Não há formação de vontade coletiva de milhões sem o sonho, sem a utopia, sem a emoção da busca de uma sociedade ética, igualitária, marcada pela solidariedade e pelo bem estar coletivo. Demo-

UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO NOS COBRA DESENVOLVER A CADA MOMENTO PROPOSTAS QUE ELEVEM A PRÁTICA E A CONSCIÊNCIA DE SEUS PROTAGONISTAS.

RAUL PONT

cracia e socialismo são indissociáveis.

A preservação da nossa identidade política, o combate as políticas de aliança diluidoras do necessário conteúdo de classe que o Partido e nossa Frente do campo da esquerda devem manter, são desafios concretos em um ano eleitoral de grandes perspectivas para os socialistas.

Preservando nossa identidade política provamos no Rio Grande do Sul que é possível vencer, construir uma nova hegemonia e avançar num programa de conquistas sociais permanentemente realimentado pela democracia participativa.

Este é o Partido que construímos. Esta é a estratégia que reivindicamos. Esta é a utopia que nos mantém marchando.

Viva os vinte anos do Partido dos Trabalhadores!

RAUL PONT É PREFEITO DE PORTO ALEGRE E FUNDADOR DO PT.



EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

A Editora Expressão Popular inaugura suas atividades lançando duas importantes obras de divulgação do pensamento socialista. *Rosa Luxemburgo*, de Isabel Loureiro, consiste de uma introdução da autora à vida e obra da revolucionária polonesa e uma seleção de seus textos teóricos sobre a ação política e o socialismo, além de passagens de suas cartas.

O pensamento de *Che Guevara*, de Michael Löwy, é lançado no Brasil trinta anos depois de escrito. Trata-se de um ensaio teórico, influenciado pelo clima da época, composto de três partes: a filosofia de Che, o seu pensamento econômico e suas idéias sobre a guerra revolucionária. O autor escreveu um detido prefácio à esta edição, avaliando o impacto e a atualidade do Che desde sua morte.

Os livros podem ser solicitados à Editora:
Rua Bernardo da Veiga, 14
CEP 01252-020 - São Paulo-SP
Fone/Fax: (11) 262-4921
e-mail: editorapopular@cidadanet.org.br



DIRETÓRIO ELEGE NOVA EXECUTIVA

O Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 22 e 23 de janeiro, aprovou a composição da nova Comissão Executiva Nacional com suas respectivas funções. São membros da Comissão Executiva Nacional com direito a voz e voto:

- Aloísio Mercadante - Líder na Câmara;
- Arlindo Chinaglia - Secretário Geral;
- Cida Diogo - Vogal;
- Clara Ant - Vogal;
- Delúbio Soares - Secretário de Finanças e Planejamento;
- Erika Kokay - Vogal;
- Heloísa Helena - Líder no Senado;
- Humberto Costa - Vogal;
- Iara Bernardi - 2º Vice-Presidente;
- João Paulo Cunha - Vogal;
- Joaquim Soriano - Secretário de Formação;
- Jorge Almeida - Vogal;
- José Dirceu - Presidente;
- José Genoíno - 1º Vice-Presidente;
- Marco Aurélio Garcia - Secretário de Relações Internacionais;
- Marcus Flora - Vogal;
- Ronald Rocha - Vogal;
- Silvio José Pereira - Secretário de Organização;
- Sonia Hypólito - Secretária de Movimentos Populares;
- Valter Pomar - 3º Vice-Presidente;

- Zoraida Arruda - Vogal.

São membros da Comissão Executiva com direito a voz e sem direito a voto:

- Carlos Odas - Secretário de Juventude;
- Carlos Porto - Secretário de Combate ao Racismo;
- Geraldo Pastana - Secretário Agrário;
- Gilney Viana - Secretário de Meio Ambiente;
- Marcelo Sereno - Secretário Sindical;
- Maria Luiza da Costa - Secretária de Mulheres (rodízio - próximo ano assume Conceição Nascimento);
- Ozéas Duarte - Secretário de Comunicação Nacional;
- Vicente Trevas - Secretário de Assuntos Institucionais.

Posteriormente, a executiva deliberou os procedimentos e prazos para a definição de Candidaturas Majoritárias para as eleições municipais desse ano. Foi definido que no caso de existirem pelo menos duas pré-candidaturas será obrigatória a realização de prévias para a escolha do candidato do PT, que, então, será apresentado ao respectivo Encontro Municipal. As prévias partidárias deverão ocorrer em uma das seguintes datas: 25/3, 26/3, 1/4, 8/4, 9/4. No caso de existir no Diretório Municipal duas posições, sendo uma de lançar candidato próprio e outra de realizar determinada coligação, o Partido deverá realizar primeiro o Encontro para decidir qual a política a ser adotada.

APESAR DE NÃO SE CONFIRMAREM AS HIPÓTESES MAIS PESSIMISTAS – RECESSÃO PROFUNDA E ALTA INFLAÇÃO – O QUADRO SOCIAL DO PAÍS SE AGRAVOU.

DA REDAÇÃO

Em janeiro cumpriu-se um ano da crise da desvalorização do real. Aproveitando esse primeiro “aniversário” o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socio-Econômicos) elaborou um balanço do que aconteceu na economia nacional nos primeiros doze meses que se seguiram à falência do modelo de estabilização ancorado no dólar, instituído em meados de 1994. Resumimos, a seguir, as principais conclusões desse documento.

As piores hipóteses para o cenário pós-desvalorização não aconteceram: teriam sido uma profunda recessão (diminuição da produção) com alta inflação. Mas em 1999 (como em 1998) o país viveu em estagnação – crescimento próximo a 0% – e em 2000 deve apenas haver um pequeno crescimento, o que tem grande e negativo impacto em termos de deterioração do nível de vida e de aumento da pressão do desemprego. Se não houve uma explosão inflacionária generalizada, houve e continua havendo uma pressão vinda dos preços no atacado (que têm aumentado mais do que no varejo) e das tarifas e preços públicos.

Ao longo dos doze meses posteriores à crise cambial, o dólar chegou a se valorizar até 70% em relação à moeda brasileira. Sucessivos ajustes levaram a taxa de câmbio a algo em torno a R\$1,80 por dólar (ou 50% de valorização da moeda norte-americana). Auxiliado pelo FMI (que garantiu recursos externos para repor os níveis das reservas internacionais), o Banco Central vem conseguindo intervir no mercado de câmbio para tentar estabilizar a moeda nesse patamar.

PROBLEMAS ESTRUTURAIS

Por outro lado, o DIEESE mostra que os indicadores apontam prementes problemas não equacionados:

■ O déficit externo “está se transformando em um componente estrutural devido ao pagamento de juros referentes à dívida externa pública, que cresceram com os empréstimos capitaneados pelo FMI, e à importância que tem assumido a remessa de lucros, em função da maior internacionalização da economia brasileira”.

■ “A reação da balança comercial, es-

UM PAÍS PARA O CAPITAL FINANCEIRO

perada com a desvalorização, não se efetivou; o valor das exportações recuou cerca de 6% em 1999, comparado com o ano de 1998. Foi o segundo ano consecutivo de queda no valor das exportações e o quinto ano consecutivo de déficit na balança comercial.”

“Se a redução do déficit se mantiver na dependência de maior queda das importações, pode haver necessidade de manutenção de um ritmo de atividade produtiva desacelerado, uma vez que o discurso oficial não aponta para um aumento de tarifas ou outras restrições à importações. Assim, a economia continua dependendo – e muito – dos capitais externos para o fechamento das contas”.

FESTA DO CAPITAL FINANCEIRO

■ Outro elemento é o déficit público. “Apesar de o funcionalismo público federal passar mais um ano sem reajuste salarial e os gastos sociais sofrerem cortes ao longo do ano, o déficit público passa de 8% do PIB em 1998 para 10,8% do PIB em 1999, movido fundamentalmente pelas despesas financeiras, já que as estimativas apontam para um superávit primário (excluídas despesas financeiras) de pouco mais de 3% do PIB. Isso quer dizer que o Estado brasileiro transferiu ao longo de 1999 cerca de 14% do PIB aos aplicadores financeiros a título de remuneração”.

“Os principais motores dessa transferência brutal de recursos foram a dolarização de parcela importante da dívida pública interna, fazendo com que os efeitos da maxi-desvalorização fossem repassados a ela, e as altas taxas de juros, especialmente no primeiro semestre do ano”.

Antes, as altas taxas de juros estavam ligadas à necessidade de atrair capitais especulativos para cobrir o rombo externo do país. A nova política cambial de taxa flutuante, retira, em parte, essa pressão. Mas, o governo agora assumiu uma orientação de política econômica baseada em “metas inflacionárias” e “a taxa de juros poderá subir toda vez que a expansão [da economia] ameaçar as metas inflacionárias acordadas com o FMI”.

Por outro lado, se a taxa básica de juros vem caindo (fechou o ano em torno de 19%), para os tomadores de crédito – em especial os consumidores – “seguem extremamente elevadas, desestimulando o consumo e o investimento”.

Para o DIEESE, apesar que não se confirmaram as hipóteses mais pessimistas (recessão profunda e alta da inflação), “no período subsequente à desvalorização cambial agravou-se o quadro social do país: as taxas de desemprego se estabilizaram em patamares extremamente elevados, a concentração da renda aumentou e foram feitos cortes nos gastos sociais visando ao ajuste do orçamento”.

O BRASIL EM NÚMEROS

DISPUTANDO COM A CHINA

Em 1999, do total de investimentos estrangeiros diretos na América Latina (US\$ 97 bilhões), o Brasil recebeu quase um terço (31 bilhões); desse montante, 28% foram utilizados para a compra de empresas estatais brasileiras. A China, que é entre os ditos “mercados emergentes” o país mais cobiçado pelo capital imperialista, recebeu US\$ 40 bilhões. O total de investimentos estrangeiros no mundo subdesenvolvido foi, em 1999, de US\$ 198 bilhões (Folha de S.Paulo, 10/02/2000).

O MAIS LUCRATIVO

Brasil é o país mais lucrativo do mundo para o capital. O índice preço de ações-lucro (PL), que mede o retorno do investimento em número de anos, coloca nosso país em primeiro lugar no ranking mundial. Enquanto no Brasil o retorno se dá em 11,7 anos, na Argentina demora 17,3 anos, no México 18,2 ano e no Chile é de 20 anos. Ganhamos mesmo da Ásia, onde em média é de 20,9 anos e da pátria do imperialismo, os EUA, onde demora 26 anos (Gazeta Mercantil, 28/01/2000).

NO CLUBE DO BILHÃO

O levantamento dos grupos empresariais latino-americanos que faturam mais de um bilhão de dólares registrou a existência de 85 conglomerados. Destes, 39 (ou 46%) são de propriedade de capitalistas brasileiros. Entre os dez maiores, seis são brasileiros. (Gazeta Mercantil, 26/01/2000)

SALÁRIO CUSTA POUCO

Levantamento realizado em 271 empresas mostrou que a participação dos salários e contribuições no passivo das empresas caiu de 3,4% em 1998 para 2,8% em 1999! Traduzindo, não são os salários que pressionam o “custo Brasil”... (Gazeta Mercantil, 08/11/1999).

CAI A MASSA SALARIAL

O total da massa salarial paga pela indústria em 1999 foi 9,38% menor que em 1998. Foi a maior queda desde 1992, quando a CNI começou a pesquisar o assunto. Embutido nesse resultado está tanto uma queda do salário médio pago pela indústria no país (menos 3,6%) como no nível de emprego (menos 6,03%) (Folha de S.Paulo, 11/02/2000).

SUBIU A CESTA BÁSICA

A cesta básica do DIEESE/Procon, que representa o gasto médio no supermercado (em 31 produtos) de uma família padrão (composta por quatro membros com renda média familiar de 10,3 salários mínimos), passou de pouco mais de R\$ 120 no começo de 1999 para R\$ 138,52 no final de dezembro desse ano (superando o valor do salário mínimo) (Dieese, “Um ano de desvalorização do real”).

A PÁTRIA FINANCEIRA

“Executivos da área financeira têm bônus recordes” comemorava a Gazeta Mercantil em 25/01/2000. Era a justa recompensa para os administradores que souberam especular contra o real em 1999. Mas não só eles foram beneficiados; também os acionistas receberam sua parte. Por exemplo, os três maiores bancos privados brasileiros distribuíram quase R\$ 2 bilhões em dividendos.



O PT participava, desde 1998, do governo estadual de Alagoas, encabeçado por Ronaldo Lessa. Mas agora, em função do curso seguido por Lessa, teve que alterar esta posição e romper com o governo do PSB.

É importante reafirmar que nossa participação nesta frente de oposição gestada pela aliança dos setores progressistas de Alagoas teve como tarefa política central derrotar as velhas e viciadas oligarquias alagoanas. Constituiu-se, para isso, uma Frente de Oposição que tinha como núcleo central e hegemônico as forças de esquerda em Alagoas.

Nossa vitória política sobre essas oligarquias foi o reflexo do acúmulo de forças de anos de luta da esquerda alagoana, que teve seu momento mais importante no dia 17 de julho, quando a sociedade civil organizada (Igrejas progressistas, Partidos de oposição e uma grande massa de trabalhadores civis e militares), depois de várias atividades de protestos, sitiaram os parlamentares na Assembléia Legislativa e forçaram a renúncia de Suruagy.

A força das manifestações populares abalou as estruturas das oligarquias e criou em 1998, as condições para a vitória eleitoral das esquerdas, elegendo Ronaldo Lessa governador de Alagoas e nossa companheira Heloísa Helena senadora. Mas, ficamos isolados na Assembléia Legislativa, onde esmagadoramente foram eleitos parlamentares de perfil conservador.

O GOVERNO LESSA E A HERANÇA DAS ELITES

A Frente Alagoas para Todos assumiu como herança, uma estrutura identificada pelo fracasso político, administrativo e financeiro, marcado pelo atraso de salários, demissões, PDV, fugas das empresas do Estado, os escândalos no executivo e legislativo, servidores públicos em greve e a usurpação das finanças públicas, como foi o caso das Letras do Estado. Ocasionalmente para o conjunto da população - altos índices de pobreza e miséria, que implicam em enorme demanda por saúde, educação, transporte, habitação, saneamento, abastecimento d'água, alimentação e segurança. E a crise do setor sucroalcooleiro, que tinha no Estado o manto protetor e financiador, levou à falência as usinas mas manteve usineiros e latifundiários ricos. Crise esta utilizada para justificar a expulsão dos trabalhadores do campo para a capital, aumentando ainda mais o número de favelados e desempregados.

Nossa vitória ressuscitou na população alagoana a esperança e a ousadia de luta pelo direito a sua cidadania. Afinal, assumia uma alternativa de governo que durante todo o período eleitoral, e com o aval do PT, se dizia transformadora.

Apesar disso, o PT foi aliado da discussão de formação do novo governo, que teve as principais secretarias, compostas por indicações pessoais de Lessa, a revelar, inclusive, do próprio PSB. Dos partidos de esquerda (PT, PCdoB, PDT e PPS), apenas o PT passou a ocupar cargos no primeiro escalão (Agricultura e Ação Social e Trabalho).

DIFICULDADES, LIMITES E OPÇÕES

Sem apresentar um projeto claro de recomposição do Estado, os primeiros meses de governo foram marcados por um embate público do governador com



PT ROMPE COM GOVERNO LESSA

os outros poderes, acusados de colaboradores da crise financeira do estado. Porém, posteriormente, para surpresa de todos, seria fechado um acordo de redução de repasses de duodécimos, para o legislativo e judiciário. Ficava exposto à população que o debate era apenas uma questão de valores.

Concluído o primeiro ano de administração, fica evidente que o Governo Lessa ainda não conseguiu elaborar uma proposta consistente, com alcance estratégico, que sirva de parâmetro para promover as mudanças que o povo alagoano espera. Além da total ausência de um Plano de Ação capaz de recuperar os serviços públicos, implementando medidas administrativas no sentido de acabar com os vícios existentes, apresentando uma máquina estatal eficiente e desburocratizada e criando canais de participação popular. Condenando o Governo a ficar ao sabor da conjuntura e envolver-se em desencontros e contradições dentro de sua própria base de sustentação.

O Conselho Político formado por 12 partidos, na sua grande maioria subservientes ao governador, não foi efetivado como prática democrática onde deveria prevalecer o debate aberto e franco dos temas polêmicos e se transformou apenas numa estrutura decorativa.

Contrariando o discurso, Ronaldo Lessa, não discutiu provimentos de cargos e gratificações ilegais, não se recusou a rolar uma dívida ilegal e imoral como a das "Letras", não cobrou um sonador em 1999. E sabemos que o de-

clínio da arrecadação não será revertido enquanto não se reavaliar os incentivos oferecidos pelo Estado, como o famigerado acordo dos usineiros feito no governo Collor, em 1986, isentando-os do ICMS da cana própria.

Passando também, a adotar as medidas conservadoras e neoliberais de FHC, traduzidas por uma agenda que engloba demissões, as propostas de privatização da Companhia de Abastecimento de Água de Alagoas e a entrega ao governo federal da carteira imobiliária da COHAB e do Banco do Estado (liquidado), além da terceirização de serviços essenciais.

A falta de diálogo com as forças sociais que deram sustentação ao vitorioso projeto Alagoas Para Todos foi a marca deste primeiro ano de administração. O governador esqueceu que a sua eleição teve a participação decisiva dos movimentos populares e da sociedade organizada, e claramente fez a opção política de se aliar aos setores conservadores.

O PT NO GOVERNO LESSA

Caberia ao PT, dentro da coalizão de governo, exercer o papel de partido político independente, afirmando abertamente suas posições, cumprindo o papel de articulador dos setores mais progressistas, contribuindo para dar um perfil mais arrojado ao Governo Ronaldo Lessa. Tendo um comportamento propositivo, buscando remover o entulho herdado dos governos das oligarquias e

O ACORDO DE LESSA COM OS DERROTADOS NA ELEIÇÃO DEFINE O NOVO CARÁTER DO SEU GOVERNO.

GINO CESAR PAIVA

orientá-lo na superação da crise alagoana enraizada na monocultura da cana-de-açúcar, reciclando a base econômica do Estado, buscando a diversificação, a introdução de novos tipos de agroindústrias, a realização da reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar.

Criando as condições para a construção de um projeto democrático e popular, diferenciando-se das administrações anteriores e respaldando a atuação do governo nos movimentos sociais.

A REFORMA E O NOVO QUADRO POLÍTICO

Contrariando todas as expectativas, Lessa concretizou um acordo com a maioria dos 27 deputados, o Grupo dos 14, trazendo ao comando do governo os mesmos setores derrotados na eleição, que passaram a ocupar espaços importantes, como as Secretarias de Saúde; Emprego, Renda e Trabalho; Assistência Social; Recursos Hídricos e Indústria, Comércio e Serviços.

Com maioria na Assembléia, Lessa viabilizou a aprovação do seu Projeto de Reforma Administrativa, repudiado pelos partidos de esquerda, OAB e Movimento Sindical. Recheada de inconstitucionalidades, a Reforma foi criada apenas para facilitar as negociações do governador com o grupo dos 14 e legalizar a participação de apadrinhados políticos, atualmente sem pasta.

Ora, num estado com uma máquina ultrapassada, as reformas são necessárias, mas se deve ter como parâmetro o debate democrático com os movimentos sociais e a garantia das conquistas históricas dos trabalhadores.

O novo quadro político criado pelas últimas decisões governamentais alterou as relações com o Poder Judiciário, com a maioria conservadora da Assembléia Legislativa do Estado e com o Governo Federal. E definiu o novo caráter político da administração estadual.

A SAÍDA DO GOVERNO

Diante dessa situação crítica não nos caberia outra posição que a saída do governo, com a entrega dos cargos, passando o PT para uma oposição responsável na Assembléia, votando os projetos de interesse de Alagoas e se contrapondo aos equívocos do governo. Reafirmando nossa posição contrária a qualquer programa de demissão voluntária, cobranças de inativos, privatização de órgãos considerados estratégicos, e a implantação do Banco da Terra.

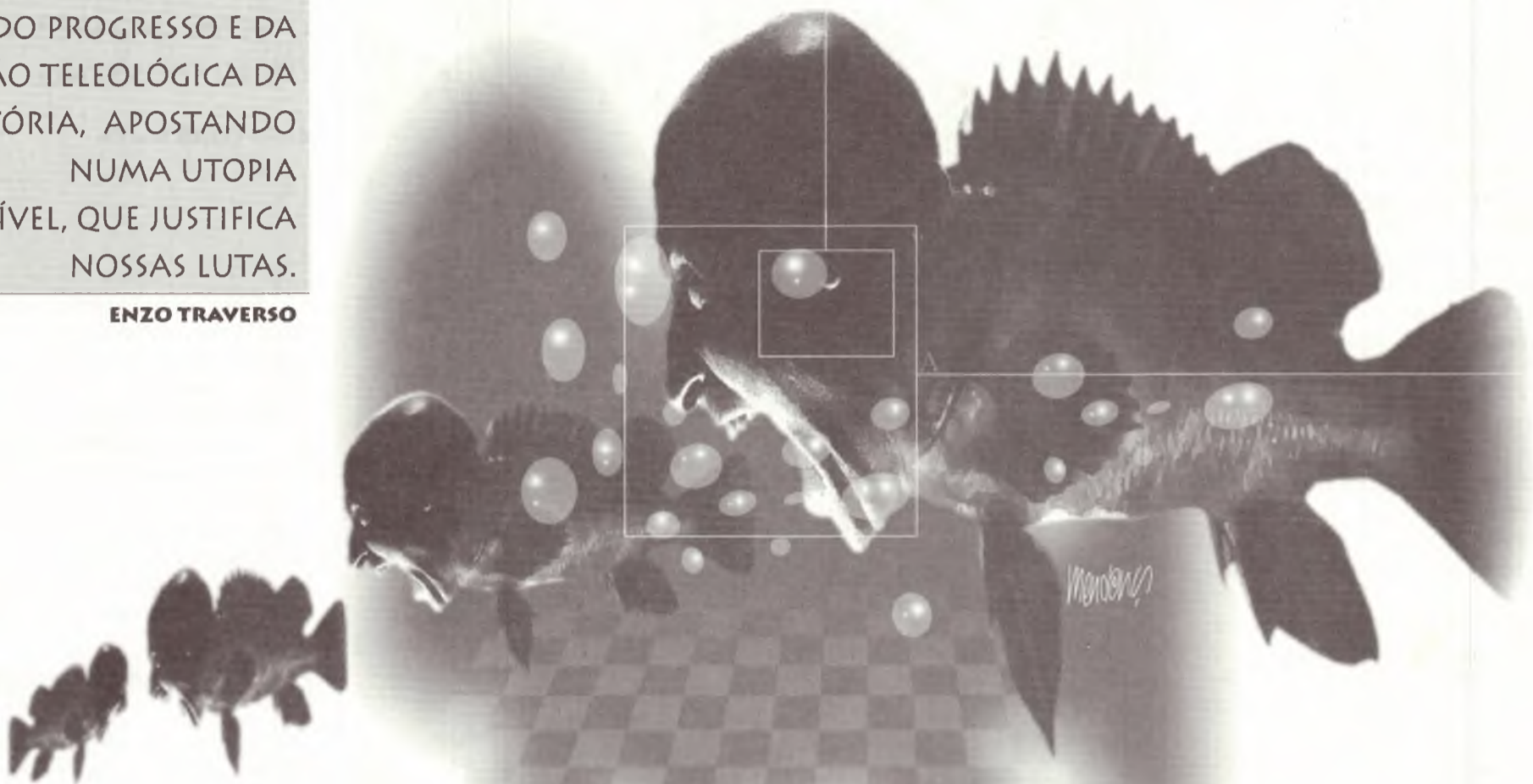
Com certeza, a população de Alagoas ganhará muito mais, pois o PT terá autonomia para contribuir e fazer críticas, sem a obrigação de defender erros e desmandos administrativos.

GINO CESAR PAIVA É VICE-PRESIDENTE DO PT-MACEIÓ.

REPENSAR O SOCIALISMO SIGNIFICA RETIRÁ-LO DE TODAS AS MITOLOGIAS DO PROGRESSO E DA VISÃO TELEOLÓGICA DA HISTÓRIA, APOSTANDO NUMA UTOPIA POSSÍVEL, QUE JUSTIFICA NOSSAS LUTAS.

ENZO TRAVERSO

O SÉCULO BÁRBARO



A Primeira Guerra Mundial funda o século XX. É nesta guerra total que se deve procurar as raízes do extermínio industrial, da morte anônima de massa, da remodelação autoritária

das sociedades européias no período do entre-guerras. E é na crise global – econômica, social, política e moral – do velho mundo saído deste conflito que começa uma brutalização da vida política, da qual os fascismos serão a realização extrema. No contexto de guerras civis e sublevações operárias que sacudiram uma grande parte do continente entre 1918 e 1923 – da Rússia à Alemanha, da Hungria à Itália –, o fascismo ganha forma como um fenômeno tipicamente contra-revolucionário, antidemocrático e anti-operário. Deste ponto de vista, ele é o herdeiro da contra-revolução que acompanhou o “longo” século XIX, da coalizão anti-francesa de 1793 aos massacres de junho de 1848 e da Comuna de Paris.

OS DEMAGOGOS

Mas a contra-revolução do século XX não é nem conservadora nem puramente “reacionária”; ela quer ser uma “revolução contra a revolução”. Os fascistas não olham para o passado, eles querem construir um mundo novo. Seus líderes não emergiram das antigas elites – com as quais eles chegam a um acordo e a formas de colaboração somente no momento de tomar o poder – mas dos restos sociais de um mundo desestruturado. Eles são demagogos nacionalistas que renegaram a esquerda, como Mussolini, ou plebeus como Hitler, que descobriram seu talento como “condutores de massas” no clima da derrota alemã. Eles se dirigem às massas, que eles mobilizam em torno de mitos regressivos (a nação, a raça, a “comunidade guerreira”)

e de promessas escatológicas (o “Reich milenar”).

O fascismo resulta em uma ideologia anti-humanista que encontra seus filósofos e seus estetas, de Gentile à Schmitt, de Jünger à Céline. Ele resulta sobretudo em uma política que desabrocha com toda sua força destruidora quando do segundo conflito mundial, onde anti-comunismo, imperialismo conquistador e racismo se tornam completamente indissociáveis na guerra nazista (entre 1941 e 1945, a aniquilação da URSS, a conquista do “espaço vital” e a destruição dos Judeus convergiam para um só objetivo).

UMA BARBÁRIE MODERNA

Nossa compreensão do século XX deveria partir então desta constatação: o fascismo não foi o produto de uma queda da civilização em uma selvageria ancestral. Suas violências revelam principalmente a emergência de uma barbárie moderna, alimentada por ideologias que se reclamavam da ciência e eram efetivadas graças aos meios técnicos mais avançados. Uma barbárie simplesmente inconcebível fora das estruturas constitutivas da civilização moderna: a indústria, a técnica, a divisão do trabalho, a administração burocrático-racional. A barbárie moderna do fascismo encontrará sua síntese no extermínio “racional” e industrial de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial: Auschwitz mudou nossa imagem do mundo e da civilização. A humanidade não saiu impune, da mesma forma que o marxismo.

Esta simples constatação indica que a alternativa colocada por Rosa Luxemburg às vésperas da Primeira Guerra Mundial – socialismo ou barbárie – deve ser hoje radicalmente reformulada. De um lado, o século XX provou que a barbárie não é um

perigo ameaçando o futuro, mas o traço dominante de nossa época; ela não somente é possível, como está intrinsecamente ligada à nossa civilização.

TOTALITARISMOS

De outro lado, o século XX levantou um questionamento maior quanto ao diagnóstico de Marx sobre o papel do proletariado (no sentido mais amplo) enquanto sujeito histórico de um processo de libertação de toda a humanidade. É certo que nem as guerras e os totalitarismos, com seu cortejo de violência e de massacres, nem a experiência trágica do estalinismo eliminaram a luta de classes e os combates emancipadores, que até mesmo conheceram uma ampliação à uma escala inimaginável antes de 1914. Mas se o diagnóstico de Marx não foi rejeitado, sua viabilidade permanece por ser provada. Os totalitarismos – o fascismo e o estalinismo – revelaram-se como faces possíveis de nossa civilização; o socialismo, em contrapartida, permanece uma utopia. Uma utopia “concreta”, segundo a definição de Ernst Bloch, mas certamente não uma batalha ganha de antemão, inelutavelmente inscrita na “marcha da história” e “cientificamente” assegurada pela força de suas “leis”. Nosso combate carrega-se de um sentimento agudo das derrotas sofridas, das catástrofes sempre possíveis, e esse sentimento torna-se o verdadeiro fio vermelho tecendo a continuidade da história como história dos oprimidos. É que a história desse século bárbaro é feita de milhões de vítimas, que permanecem frequentemente sem nome e sem rosto.

EMANCIPAÇÃO

Reconstruir a parte de memória contida em nosso combate implica também um corolário: a democracia não é uma

simples norma procedimentar mas uma conquista histórica, o que quer dizer que o antifascismo é indispensável para preservar, no século que se abre, um horizonte emancipador. Uma democracia “não antifascista” – como aquela defendida por François Furet em sua última apologia liberal, *O passado de uma ilusão* – seria um bem frágil, um luxo que a Europa, que conheceu bem Hitler, Mussolini e Franco, não pode se permitir.

Hoje reabilitado pelos defensores da ordem existente como o horizonte insuperável de nossa época, o liberalismo está longe de ser historicamente inocente. Foi a crise da ordem liberal tradicional – baseada nos massacres coloniais e na exclusão das massas trabalhadoras – que, ao final da Primeira Guerra Mundial, engendrou os fascismos; as antigas elites liberais se renderam a Mussolini em 1922, à Hitler em 1933, à Franco três anos mais tarde, através de uma política de não-intervenção que se tornará uma política de capitulação, em Munique, em 1938. E é o neoliberalismo que prepara agora os totalitarismos de mercado e os regimes “globalitários” de amanhã.

Pensar o socialismo depois de Auschwitz, de Kolyma e de Hiroshima significa retirá-lo de todas as mitologias do progresso e de toda visão teleológica da História. Sua necessidade social, econômica e moral não significa portanto, de forma nenhuma, sua inelutabilidade; ele permanece uma virtualidade do presente, uma utopia concreta e possível, uma aposta racional que fundamenta e justifica nossas lutas. Um planeta desfigurado pela reificação mercantil constitui hoje nosso futuro programado, mas nada impede que este futuro seja colocado em questão, desprogramado, ou radicalmente modificado pelas nossas resistências, nossas lutas e nossas revoltas. Neste prisma de possíveis reside a dialética que aproxima a catástrofe da libertação.

ENZO TRAVERSO É FILÓSOFO, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE AMIENS E AUTOR, ENTRE OUTRAS OBRAS, DE *UNDERSTANDING THE NAZI GENOCIDE* (LONDRES: PLUTO PRESS, 1999).

A DEMOCRACIA COMO PRINCÍPIO



Depois da Revolução Americana, a queda do rei e a instauração da república na Revolução Francesa lançaram as bases modernas de um debate: o que é a democracia, quais são suas condições e seus limites? A leitura da Constituição de 1793 não deixa de surpreender.

Aberta (com a cidadania sendo garantida aos estrangeiros que moravam no país há pelo menos um ano), ela era marcada por uma profunda reflexão sobre a combinação entre representação e controle “de baixo”, com uma assembleia única, sufrágio universal, levando em conta formas de democracia direta. Ela tinha instaurado uma obrigação de submeter as leis votadas a um referendium popular, abrindo a possibilidade de veto dos “de baixo”.

Certamente há limites evidentes, como mostra a exclusão das mulheres do sufrágio “universal”. Mas, de uma forma mais ampla, os problemas colocados não podiam ser, então, solucionados, por causa tanto do baixo desenvolvimento das forças produtivas quanto, principalmente, pela extensão ainda embrionária do assalariamento proletário. De fato, esta constituição, uma vez adotada, foi declarada suspensa “até a paz” e jamais foi aplicada. Mas o princípio democrático, uma vez imposto à consciência social, tem a característica particular que ele tende inexoravelmente a se tornar uma arma nas mãos dos que são excluídos.

Até onde se estende, todavia, a exigência democrática? Ela atinge o poder material dos possuidores? O *enragé* Jacques Roux anunciou a contradição in-

superável da democracia burguesa: “A liberdade é apenas um vão fantasma quando uma classe de homens pode deixar a outra esfomeada impunemente; a igualdade é um vão fantasma quando o rico, pelo monopólio, exerce o direito de vida e de morte sobre seu semelhante”. Ainda não temos a exigência da limitação do poder ligado ao direito de propriedade, não há o questionamento deste próprio direito, que só os futuros comunistas, com Babeuf, colocarão como questão central. A república pode ser democrática sem ser “social”?

Para a burguesia triunfante do século XIX, um passo a mais na extensão do poder do povo no terreno da propriedade (mesmo sob a forma de controle) e da democracia direta e é a tirania que se instaura. Simbolicamente, a IIIª República começa fixando a data da Revolução em 14 de julho de 1789 (tomada da Bastilha) e não em 10 de agosto de 1792 (tomada das Tulherias e queda do rei), quando se instaura a República.

LIBERDADE E DIREITO DE PROPRIEDADE

A partir desta profunda divisão, a mais importante a separar o pensamento da esquerda do da direita, abre-se um outro debate, atizado em 1917. O questionamento do direito de propriedade, a destruição revolucionária do poder da burguesia sobre a sociedade deveriam se dar a partir das formas de exercício da “soberania popular” instaladas a partir da Revolução Francesa e completá-las? Ou deveriam destruí-las e substituí-las? Lenin e os bolcheviques afirmam, inicialmente, que os “direitos democráticos” burgueses são apenas “formais”. Trata-se, então, através de um duplo movimento, de tornar explícita a exclusão das

classes dominantes e de seus aliados de toda participação no poder, e de tornar efetivo o exercício democrático do poder dos explorados. O que era um equívoco é, então, assumido abertamente, mas – e isso faz uma grande diferença – desta vez em benefício da imensa maioria do povo.

A INTUIÇÃO DE ROSA LUXEMBURG

É difícil separar o que estas teorizações devem ao “momento revolucionário” e, portanto, à necessidade da tomada do poder do que devem à guerra civil. Mas até quando este sistema de restrição dos direitos democráticos para alguns pode ser mantido sem atingir inicialmente os traidores, depois os hesitantes e, enfim, os próprios amigos de ontem? Rosa Luxemburg afirma: “A liberdade de imprensa, o direito de reunião e de associação foram também suprimidos para todos os oponentes do regime soviético e todavia sabe-se bem que sem uma imprensa livre e não censurada, sem um direito ilimitado de reunião e de associação, a atividade da grande massa do povo é impensável”. Ela acrescentava que na ausência disso, toda a vida política iria de fato se concentrar nas mãos de uma estreita burocracia. Toda a reflexão sobre a natureza de uma autêntica democracia deve hoje partir da absoluta convicção de que Rosa estava totalmente correta.

Depois, as reflexões de Trotsky e de nossa corrente aprofundaram as bases teóricas deste julgamento. Uma das principais dizia respeito a que “a classe operária” não se manifesta jamais no singular, mas ao contrário dividida, econômica, sexual, ideológica e, as vezes, nacionalmente. E isso impede toda possibili-

MESMO COM A
ELIMINAÇÃO DA
DITADURA MERCANTIL,
A MANEIRA COMO O
“POVO REUNIDO”
PODERÁ CONSTRUIR SUA
SOBERANIA ESTÁ POR
SER INVENTADA.

SAMY JOHSUA

dade mesmo de se pensar “um partido (único) do proletariado”. Mas, então, pouco a pouco, é o multipartidarismo (inclusive dos partidos “não proletários”) que se impõe como princípio.

O que se liga a uma outra questão. Para Marx e Engels, o comunismo é frequentemente apresentado como um sistema que permitiria “substituir a administração dos homens pela administração das coisas”, carregando inexoravelmente a idéia de que seria ao mesmo tempo o fim da política como momento separado e específico da atividade humana. Trata-se de uma grande questão, que supõe que “as coisas” possam ser claramente separadas das relações entre “os homens”. Que, por exemplo, as “forças produtivas” possam ser consideradas somente como o aspecto tecnicamente “neutro”, quando elas tem um impacto estruturante sobre a vida dos seres humanos, sobre suas relações entre si, bem como com a natureza. Que, em consequência, toda administração “das coisas” pertence ao domínio “político”, isto é, da formação de uma decisão majoritária submetida à dúvida, ao debate e à contingência. Sem contar que em sociedades cada vez mais diferenciadas em um maior número de dimensões, e onde o surgimento da “pessoa” como unidade política é um dado positivo e incontornável, o problema de constituir uma vontade majoritária sem esmagar as múltiplas minorias está longe de estar resolvido.

A EXIGÊNCIA DE DIREITOS

É legítimo pensar uma continuidade possível com, por exemplo, a natureza dos debates de 1793. De um lado, como Marx e Engels (e aqueles que os seguiram) afirmaram no *Manifesto comunista* de 1848, tornou-se claro, mesmo para os mais obtusos politicólogos, que a extensão contínua do reino da lei do valor capitalista torna cada dia um pouco mais “formal” o exercício de qualquer direito democrático e destrói o direito de escolher coletivamente nosso futuro comum. De outro lado, se a ditadura mercantil for descartada, o espaço onde este direito poderá ser realmente exercido – a maneira como “o povo reunido” poderá construir sua soberania –, está em grande medida por ser inventado.

SAMY JOHSUA É HISTORIADOR E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE PROVENCE.

IGUALDADE E LIBERDADE
NÃO PODEM SER
SEPARADAS, NUMA
DIALÉTICA DE EXIGÊNCIAS
INCESSANTES DE NOVOS
DIREITOS, QUE NÃO
SEPARA O INDIVÍDUO DA
COMUNIDADE.

ANTOINE ARTOUS



Há alguns anos, falando dos direitos sociais, Alain Minc propunha substituir a noção de igualdade pela de equidade. Para além de quem é o autor (presidente do conselho de

controle do jornal diário *Le Monde*), o exemplo mostra bem o que está em questão com a ofensiva neoliberal. *Equidade*: “noção da justiça natural na apreciação do que é devido a cada um”, segundo o dicionário *Petit Robert*. Mais precisamente, o princípio de base da justiça medieval que tinha, ela também, uma dimensão social: cada um deveria, de forma igual, dispor do que lhe era devido em função de seu lugar e de seu *status*.

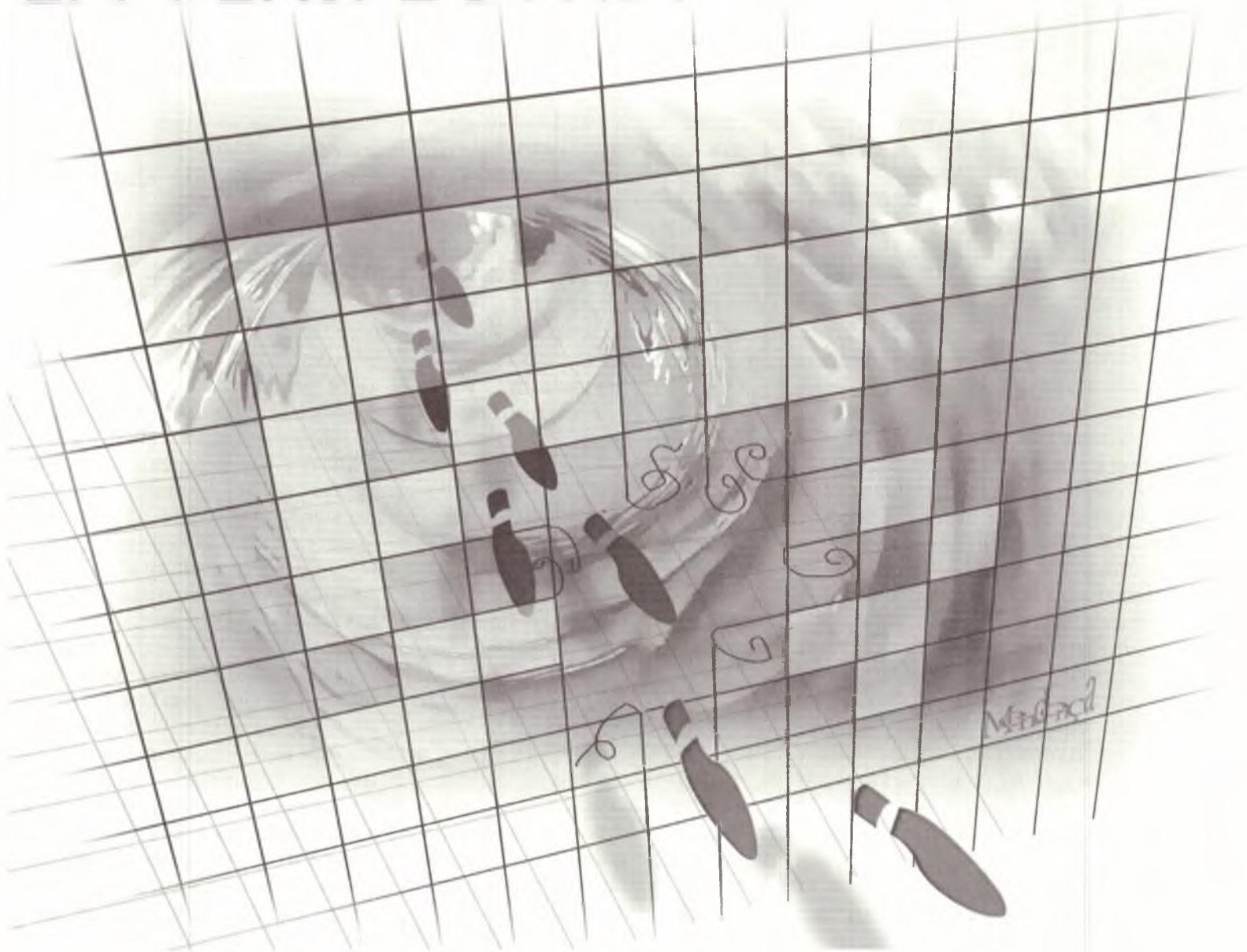
A idéia da igualdade saíra da Revolução Francesa diz exatamente o inverso. Ela não apenas afirma a igualdade diante da lei, mas sua dinâmica coloca em questão a forma como as desigualdades sociais pesam sobre os indivíduos em benefício da “igualdade de oportunidades”, segundo a fórmula consagrada, pois justamente todos os indivíduos são considerados como iguais. A igualdade não é uma simples categoria jurídica, mas um princípio de organização da sociedade que subverte sem parar as hierarquias sociais, enquanto que o princípio da equidade se adapta a elas.

Além disso, não se trata de eliminar as diferenças entre os indivíduos, mas de recusar os discursos que se apoiam sobre elas para justificar as desigualdades sociais. Como escrevia Marx, “as diferenças de cabeça e de capacidades intelectuais não condicionam de nenhuma forma as diferenças de estômago, de necessidades físicas”; donde o “princípio comunista” de “a cada um segundo suas necessidades”.

A “IGUALIBERDADE”

Todavia Marx substituiu o lugar que iria ocupar a referência à igualdade nas lutas de emancipação. Certo, há uma batalha incessante pelos direitos cívicos, em particular a igualdade político-jurídica. Mas ele acreditava que esta fase da emancipação seria rapidamente ultrapassada pela da emancipação social. Ora, a aspiração à esta emancipação social se traduz em lutas, incessantemente repetidas, pela inscrição de novos direitos: direito ao trabalho, direito ao ensino, direito à saúde, etc. Lutas cuja retomada são sempre esta exigência de igualdade. E o estalinismo mostrou que, do ponto de vista político-jurídico, a construção do socialismo não poderia desdenhar certos

A IGUALDADE EM PERSPECTIVA



princípios democráticos estabelecidos pelas revoluções burguesas.

Se a defesa do princípio da igualdade deve estar no centro das batalhas atuais, não é, portanto, apenas por razões “táticas”, a fim de construir uma grande frente de resistência à ofensiva neoliberal. É porque assumi-lo é um elemento-chave de toda reformulação de um projeto de emancipação.

Inclusive por que se tornou de bom tom, mesmo na esquerda, explicar que, ao enfatizar a idéia da igualdade, a tradição aberta pela Revolução Francesa passou a conhecer deslizamentos igualitaristas, desembocando no despotismo ou no totalitarismo. Seria então melhor nos voltarmos para a tradição anglo-saxã, centrada na idéia da liberdade; ou ao menos encontrar meio termo entre os dois.

DEMOCRACIA CIDADÃ

Mas os problemas não se colocam desta forma. A *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* não superestima o lugar da igualdade em relação à liberdade, mas coloca de um modo particular as relações entre os dois. Ela é portadora de uma dialética de “igualiberdade”, segundo uma fórmula de Etienne Balibar, uma exigência incessantemente repetida de novos direitos, que dizem respeito, ao mesmo tempo, à igualdade e à liberdade, como duas faces indissociáveis dos direitos do Homem (do ser humano). É uma dialética que não separa o indivíduo da comunidade, não opõe os interesses de uns aos dos outros, mas procura realizar uns através dos outros.

Esta problemática enraíza os direitos do ser humano na cidadania. Se existe

uma diferença com uma certa tradição anglo-saxã – mas também com uma tradição liberal francesa (veja-se o caso de Benjamin Constant) –, ela deve ser procurada nesta vontade de basear os direitos do ser humano na cidadania. Daí o lugar atribuído à igualdade, mais precisamente à “igualiberdade”. E não à simples liberdade da pessoa considerada antes de tudo como um indivíduo privado, ocupando-se de seus negócios, em uma sociedade civil que teria encontrado uma forma de auto-regulação quase natural: o mercado.

IGUALDADE DE DIREITOS

Esta problemática da “igualiberdade” estabelece uma concepção cidadã da democracia. Ela mostra que é possível referir-se à uma tradição aberta pela Revolução Francesa sem entrar neste debate cheio de armadilhas – mas cujos termos são, todavia, dominantes – que consiste em opor dois modelos: o francês, o da República, ao anglo-saxã, o da democracia. E ao recusar este terreno de discussão, pode-se convocar, em resposta à mundialização, a reativação de uma tradição republicana – mas de “esquerda” (a República social) – frente àqueles que defendem uma versão conservadora.

Na França, o Estado nacional foi construído através de República, na qual se cristalizou uma forma de soberania nacional e popular que foi o pivo de muitas batalhas. Esta forma tem uma função progressista; e inclusive quando, no final do século XIX, ela produziu uma cidadania nacional (francesa) contra tradições regionais que, frequentemente, floresciam à sombra dos castelos e das igrejas.

Seria porém perigoso fazer acreditar que, face à fragmentação atual dos subúrbios das grandes cidades francesas, que é possível reconstruir, segundo um método análogo, uma cidadania republicana a fim de lutar contra as formas de “comunitarismo”. Justamente porque a crise da República corresponde àquela, irreversível, do Estado nacional. Mesmo se o nível nacional ainda permanece um quadro incontornável para o exercício de uma soberania popular, a batalha pela cidadania deve claramente se demarcar de todos os discursos sobre a necessidade de integração à República que, de fato, acobertam a vontade de assimilação à um monolitismo cultural republicano cada vez mais fantasmagórico.

A mundialização e a ofensiva neoliberal que a acompanha não tem somente efeitos sociais; elas desestruturaram profundamente os sistemas políticos nacionais nos quais estavam cristalizadas, de maneira diferenciada, as formas de soberania nacional e popular. Esta em curso uma dupla crise: a do Estado do bem-estar e a do Estado nacional. Donde a profundidade das comoções.

Enfrentá-las em nome da igualdade não é simplesmente reclamar-se de uma categoria jurídica ou de um modelo nacional (a República). É opor ao neoliberalismo um princípio de organização da sociedade que defenda, ao mesmo tempo, os direitos sociais e uma concepção cidadã da democracia.

Um princípio ao redor do qual podem se cristalizar novas formas de internacionalismo.

ANTOINE ARTOUS É FILÓSOFO E AUTOR DE *MARX, L'ÉTAT ET LA POLITIQUE* (PARIS: SYLLEPSES, 1998).

A REVOLUÇÃO COMO MOTOR



Para os astrônomos, depois de 1727, a "revolução" é a rotação de um corpo em torno de seu eixo. Do ponto de vista socialista, revolução sig-

nifica exatamente o contrário: interromper o curso monótono desta pseudo-civilização capitalista ocidental em torno dela mesma, quebrar este eixo de uma vez por todas e criar a possibilidade de um outro movimento, de um movimento mais livre e mais harmonioso, de uma civilização comunista libertária da atração apaixonada (Fourier), de uma realização efetiva da promessa utópica que contém as palavras democracia e igualdade.

A idéia marxista de revolução se caracteriza antes de tudo por seu caráter radicalmente democrático e anti-autoritário. Enquanto os socialistas utópicos e os primeiros comunistas (discípulos de Babeuf), reclamando-se do materialismo, encarregavam um déspota esclarecido ou uma minoria revolucionária de mudar as circunstâncias e libertar as pessoas do obscurantismo, Marx se situa em um terreno filosófico e político muito diferente. Através de sua ruptura com as premissas do materialismo mecânico, ele formulou o germe de uma nova filosofia e, ao mesmo tempo, os fundamentos metodológicos para uma nova teoria da revolução.

Rejeitando ao mesmo tempo o velho materialismo mecanicista e o idealismo neohegeliano, Marx cortou, com sua filosofia da práxis, o nó górdio ideológico da época, proclamando que na práxis revolucionária a mudança das circunstâncias coincide com a transformação da consciência dos seres humanos.

NEM TRIBUNO, NEM CÉSAR

Daí decorre, com rigor e coerência lógica, sua nova concepção da revolução, apresentada pela primeira vez em *A ideologia alemã*: é através de sua própria experiência, no curso de sua própria práxis revolucionária, que os explorados e oprimidos podem quebrar ao mesmo tempo as "circunstâncias" sociais que os aprisionam – o capital, o Estado – e sua consciência mistificada anterior. Em outras palavras: não existe outra forma de emancipação autêntica senão a auto-emancipação. Como escreveria mais tarde Marx no *Manifesto inaugural da Primeira Internacional* (1864): "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores".

No quadro desta visão de revolução – que diz respeito, claro, não somente à "tomada do poder", mas à todo um período histórico de transformação social ininterrupta – não há lugar para qualquer déspota esclarecido, individual ou coletivo. Os antecedentes de culto do chefe – Stalin, Mao, Kim-Il-Sung, Ceaucescu e outros – devem ser procurados antes na história das religiões ou nos costumes do despotismo oriental – bizantino ou asiático – do que no pensamento do autor do *Manifesto comunista*.

No curso do século XX, após o gran-

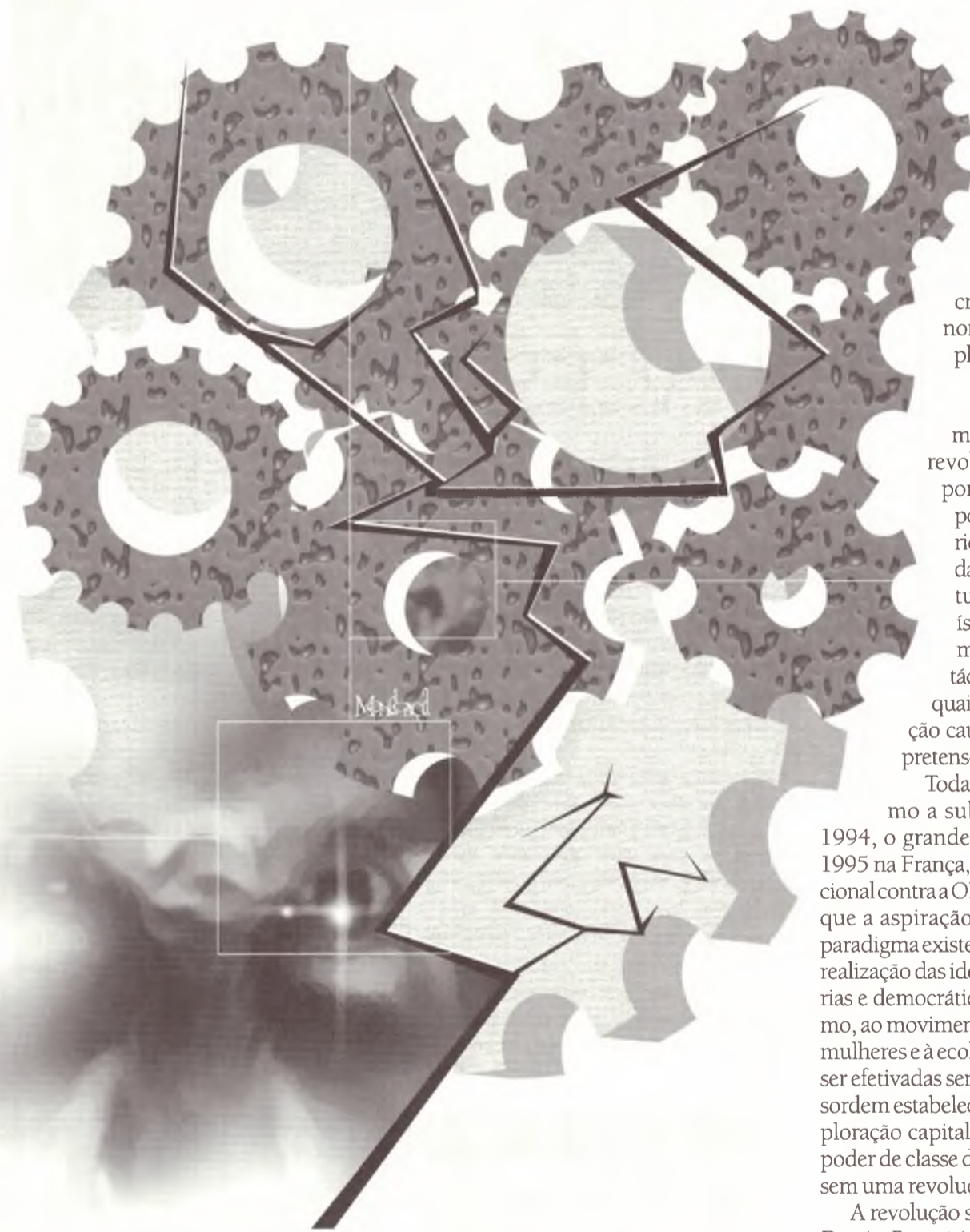
de momento insurrecional de 1917-1923, a idéia marxista da revolução como auto-emancipação foi substituída, na ideologia da esquerda realmente existente, por uma espécie de automatismo do "progresso", partilhado pelo estalinismo e pela social-democracia: o socialismo era inevitável, era o trem da história, bastaria nadar no sentido da corrente. Sua vitória estaria assegurada: segundo alguns pela produtividade crescente das fábricas soviéticas; segundo outros, pela acumulação de reformas sociais (na Europa ocidental).

Hoje, o contexto mudou: segundo o

cas mudanças, o argumento atual da social-democracia. O reformismo mudou profundamente a natureza das coisas nos últimos decênios: em sua forma social-democrata clássica, ele pretendia suprimir o capitalismo por uma sucessão de reformas decretadas pelo Parlamento. Hoje, com o social-liberalismo, que encontra na "terceira via" de Blair e no "novo centro" de Schröder sua forma mais cínica, não se trata mais de um caminho reformista para o socialismo, mas de um cortejo social do neoliberalismo, da introdução de alguma "alma" social no capitalismo.

SEM UMA MEMÓRIA COLETIVA DO PASSADO NÃO SE PODE TER O SONHO DO FUTURO. MAS AS REVOLUÇÕES DO SÉCULO XXI SERÃO NOVAS E MARAVILHOSAMENTE IMPREVISÍVEIS.

MICHAEL LÖWY



mero de excluídos (pobres, desempregados, precarizados, imigrantes) não pára de crescer, enquanto os economistas explicam que o pleno emprego não retornará jamais.

Não há lugar para muito otimismo: a aposta revolucionária, o combate por uma nova sociedade, por uma cultura da solidariedade, da fraternidade, da esperança, contra a cultura capitalista do egoísmo individualista e da morte, choca-se com obstáculos consideráveis, dos quais o menor não é a decepção causada pelo colapso dos pretensos socialismos reais.

Todavia acontecimentos como a sublevação zapatista de 1994, o grande movimento social de 1995 na França, a mobilização internacional contra a OMC em Seattle mostram que a aspiração de uma mudança de paradigma existe. Mas esta mudança, e a realização das idéias libertárias, igualitárias e democráticas comuns ao socialismo, ao movimento de emancipação das mulheres e à ecologia social, não podem ser efetivadas sem atacar as raízes da desordem estabelecida: a lei do lucro, a exploração capitalista, o imperialismo, o poder de classe do grande capital. Isto é, sem uma revolução.

A revolução social, escrevia Marx no *Dezeto Brumário*, não tira sua poesia do passado mas do futuro. Ele estava tanto errado como certo. Errado na medida onde as recordações dos grandes momentos revolucionários do último século – Petrogrado 1917, Budapeste e Munich 1919, Barcelona 1936, La Havana 1959, Saigon 1975, Managua 1979, Chiapas 1994 – continuam indispensáveis: sem uma memória coletiva do passado, não se pode ter o sonho do futuro. Certo porque as revoluções do século XXI serão novas e maravilhosamente imprevisíveis.

consenso dominante, o progresso apenas pode ser realizado no horizonte inalterável da ordem burguesa. Nestas condições, a idéia de revolução ainda é atual? Não se trata de uma peça de museu, ou de uma ilusão que nós amamos muito?

RENUNCIAR À MUDANÇA?

Explicam-nos que não existe alternativa ao capitalismo, que toda busca de um outro caminho conduz ao totalitarismo, ou é uma ilusão, uma utopia, um sonho romântico, um anacronismo fora de moda. Deve-se, pois, renunciar à toda esperança de mudança? É este, com pou-

A aspiração revolucionária não é um sonho: ela se apoia nas contradições do sistema, nos conflitos de classes, nos interesses dos oprimidos, e sobre uma análise lúcida da realidade, que nos mostra que a "prosperidade" prometida pelo sistema capitalista mundial é necessariamente o privilégio de uma elite cada vez menor. Os países do Sul não poderão jamais atingir o Norte capitalista avançado, tanto porque o sistema imperialista dominante há um século não permite o avanço de outras nações, quanto porque a generalização do modo de produção e de consumo do Ocidente é impossível por razões ecológicas evidentes. Além disso, nos próprios países do Norte o nú-

MICHAEL LÖWY É SOCIÓLOGO, PESQUISADOR DO CNRS (PARIS) E AUTOR, ENTRE OUTRAS OBRAS, DE **REVOLTA E MELANCOLIA** (PETRÓPOLIS: VOZES, 1995).

DIFERENTES OLHARES SOBRE AS PRÁTICAS E O SIGNIFICADO POLÍTICO-ORGANIZATIVO DO NOVO SINDICALISMO CONTRIBUEM PARA COMPREENDER OS NOVOS DESAFIOS.

CAIO GALVÃO DE FRANÇA

Vários olhares sobre o novo sindicalismo, buscando compreender suas práticas, seu significado político-organizativo, e refletir sobre as principais questões que desafiam na atualidade a organização dos trabalhadores, compõem a coletânea *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*, organizada por Iram Jácome Rodrigues.

O livro contém 11 textos que apesar de tratarem de um tema geral comum – o Novo Sindicalismo – analisam um leque amplo e diferenciado de aspectos, que ora enfatizam aspectos gerais de sua trajetória – origens, desenvolvimento, impasses –, ora se debruçam sobre um setor ou estado em particular, ou ainda, sobre novos temas e desafios que pressionam a agenda sindical.

Sem se propor a fazer um balanço de conjunto dessa experiência, a coletânea tem o mérito de não restringir as análises ao universo industrial e metalúrgico da região do ABC, sem que isso implique em desconsiderar sua importância na constituição do novo sindicalismo. Chama a atenção para outros espaços que também são constitutivos do novo sindicalismo, valorizando: a contribuição de experiências que ocorriam, simultaneamente, em outras regiões, como é o caso dos textos que tratam de Minas Gerais (*A Agenda Sindical Mineira nas Últimas Décadas: Permanência e Desafios*) e do Espírito Santo (*Qualificação Profissional e Empregabilidade: Novos Desafios ao Sindicalismo no Espírito Santo*); as características de seu desenvolvimento em outras áreas, como o setor público (*Emergência e Crise do Novo Sindicalismo no Setor Público Brasileiro*); sua implantação em novas regiões (*Organização Sindical e a Instalação de Novas Fábricas do Setor Automobilístico - O Caso do Sul Fluminense*); e, o enfrentamento de novos temas (*Para Além do 'Novo Sindicalismo': A Crise do 'Assalariamento' e as Experiências com 'Trabalho Associado'*).

RUPTURA E CONTINUIDADE

Um dos aspectos mais interessantes se refere à construção da própria identidade do novo sindicalismo. O texto de Leila Blass (*Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade*) problematiza a ênfase excessiva no 'novo' que qualifica as práticas sindicais que marcam a retomada da luta sindical, que tem sido tão iluminadas por dirigentes e pesquisadores. Elas podem, por um lado, "levar a um menosprezo da persistência de tradições políticas e culturais na formação das classes trabalhadoras no Brasil", expressa pelas ações de seus protagonistas que "reiventam e recriam formas de organização e de mobilização, sem destruir as



FACES DO NOVO SINDICALISMO

que lhes antecederam", apesar da descontinuidade na trajetória das lutas operárias e sindicais. Por outro lado, podem "desconsiderar as ambigüidades e paradoxos que perpassam a proposta do novo sindicalismo".

Em outro texto da coletânea (*Novo Sindicalismo' e a Idéia da Ruptura com o Passado*), Marco Aurélio Santana observa que na conjuntura do surgimento do 'novo sindicalismo' houve uma "luta pela hegemonia político-sindical", que veio acompanhada de uma "disputa pela história". Isso implicou, na construção da sua identidade, em um certo "reducionismo do passado", que valoriza a idéia de uma ruptura. Esse exagero no corte

entre o novo e o velho, "acabou por obscurecer as continuidades e pontos de contato existentes na prática organizativa dos trabalhadores, bem como os limites a ela impostos". O 'novo sindicalismo' para ele, "trouxe em seus marcos, tanto nas limitações quanto nas possibilidades, uma atualização de práticas já experimentadas na história do sindicalismo por setores, que a seu tempo, se identificaram com posições progressistas".

A busca de uma "continuidade histórica" também está presente no texto de Antonio Luigi Negro (*Nas Origens do 'Novo Sindicalismo': O Maio de 59, 68 e 78 na Indústria Automobilística*), que analisa a combatividade dos trabalhadores da

Ford. Ele contrapõe a uma visão do "novo que irrompe espontaneamente", um "trabalho articulado", que "desagua toda uma série de iniciativas de luta e de organização", um processo cumulativo de experiências desses trabalhadores, que, no caso, remonta à greve de 1959.

A EVOLUÇÃO DO ABC

A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é objeto, a partir de diferentes enfoques, dos textos de Andréia Galvão (*Do Coletivo ao Setor, do Setor à Empresa: a Trajetória do 'Novo Sindicalismo' Metalúrgico nos Anos 90*) e de Iram Rodrigues (*A Trajetória do Novo Sindicalismo*).

No primeiro caso, a autora analisa a atuação nas campanhas salariais, como expressão de mudanças na prática do novo sindicalismo. Explica as razões que levaram, ao predomínio das negociações descentralizadas, condicionadas pela correlação de forças desfavorável ao sindicato, refletindo "a perda de influência política... e (de) sua capacidade de reagir à ofensiva do capital", num quadro de predomínio de uma "concepção sindical mais negociadora e menos confrontacionista".

Para Iram Rodrigues essas mudanças são expressão de uma nova estratégia sindical, de uma "que se apoiava no conflito para outra que privilegia a negociação, mais apropriada às transformações no mundo do trabalho". Esse padrão sindical, "que se poderia chamar de realismo defensivo", constitui-se, para ele, em um "paradigma para a relação capital-trabalho no Brasil", "uma saída possível", combinando uma "forte dose de realismo nas negociações e uma acentuada diminuição da ideologização e politização da prática sindical anterior".

Esses e outros pontos de vista (ver *Em Tempo* 310) são importantes contribuições para um necessário esforço coletivo de análise da experiência cutista que não se restrinja a uma valorização das conquistas, mas que trate com rigor e profundidade os impasses políticos e ideológicos que marcam a crise do sindicalismo.

Iram Jácome Rodrigues (org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. São Paulo; Petrópolis (RJ): Vozes; Educ; Unitrabalho, 1999.

CAIO GALVÃO DE FRANÇA É MESTRANDO EM SOCIOLOGIA NA UFMG.

N O T A S

HORA DO POVO NA CUT?

Em dezembro os metalúrgicos da Alternativa Sindical Socialista e do MTS lançaram um jornal questionando a proposta de "sindicato nacional" da Articulação Sindical Metalúrgica e os acordos celebrados pela Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM/CUT).

O jornal que em fevereiro de 2000 a Articulação Sindical Metalúrgica lançou, em tese para responder aos questionamentos da esquerda metalúrgica cutista, no entanto, dedica em suas páginas centrais a atacar os militantes da esquerda cutista acusando-os de "troskos", o que para os responsáveis do jornal seria um crime político já que afirmavam, entre outras coisas, que Trotsky teria traído a Revolução Russa já em 1917!

Ignorância? Má-fé? Ou então, pessoas cuja única referência histórica e conceitual continua sendo Stalin? Qualquer que seja a resposta, é preocupante que parcela importante dos metalúrgicos cutistas esteja

entregue a herdeiros intelectuais da turma da *Hora do Povo*...

ARTICULAÇÃO SINDICAL ON-LINE

Quem tiver interesse em acompanhar como a direção da Articulação Sindical está encarando o processo do 7º Concut agora tem uma fonte de informação direta. Pode acessar via internet a página dessa corrente: <http://www.alternex.com.br/~fni/art>. Para o internauta atento o endereço traz uma curiosidade. Sim, "art" vem de "Articulação". Mas e "fni"? Trata-se do "Fórum Nacional de Lutas", aquela frente da CUT com os partidos de esquerda e outros movimentos sociais de oposição a FHC. Ou seja, é a Articulação aparelhando o site do Fórum!

Através do site é possível ainda acessar o boletim Informart – que se encarrega de assustar à militância da Articulação com visões de que a hegemonia dessa corrente pode estar em perigo no 7º Concut – e ler

a biografia dos três pre-candidatos à presidência da CUT por essa corrente.

CORRENTES CUTISTAS ON LINE

A Alternativa Sindical Socialista inaugurou recentemente sua nova página na internet. Pode ser lida em: <http://www.psi.com.br/alternativa>.

A Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao PCdoB tem sua home-page em <http://www.csc.org.br/mwnu.htm>.

CALENDÁRIO DO 7º CONCURTO

O 7º Congresso Nacional da CUT acontecerá de 15 a 19 de agosto próximo. Uma data chave na preparação do Congresso é 28 de março, prazo final para pagamentos de dívidas de sindicatos inadimplentes e filiações de novas entidades. Além disso, entre 02 de maio e 05 de julho deverão acontecer as assembleias de base para a tirada de delegados/as aos congressos estaduais e nacional.

AMBIGÜIDADES DA CUT FRENTE A REFORMA TRABALHISTA

A CUT Nacional deveria ou não manter o convite a Francisco Dornelles, Ministro do Trabalho, para em março próximo discutir, na sede da Central, a proposta do governo de alteração do artigo 7º da Constituição Federal? O tema foi colocado em pauta na reunião da Executiva Nacional por Vicentinho, presidente da CUT, ao ler uma carta enviada por um sindicato de base cobrando que a Central não recebesse o ministro.

O assunto foi levado a votação e o resultado surpreendeu os presentes: a Executiva Nacional optou por “desconvidar” Dornelles. A Articulação Sindical, que tem maioria nessa instância, foi derrotada.

Na votação final as diversas correntes minoritárias somaram 12 votos contra 11 da Articulação. Três membros da maioria se abstiveram, entre eles, Vicentinho e João Vaccari, presidente do Sindicato dos Bancários de SP e vice-presidente nacional da CUT.

No entanto, o episódio – apesar de evidenciar uma vontade oposicionista e por exprimir claramente a crise da Articulação Sindical – é um fato menor no tortuoso caminho que a CUT vem percorrendo em relação à reforma trabalhista e sindical que vem sendo implementada pelo governo FHC.

ALTERAR O ARTIGO 7º

O assunto colocado em pauta por Dornelles é nada mais nada menos do que a reforma do artigo 7º da CF para permitir que seu conteúdo seja submetido às negociações entre sindicatos e empresas.

Nesse artigo concentram-se os direitos sociais e trabalhistas como por exemplo, o FGTS, a multa de 40% sobre o saldo do FGTS para demissões imotivadas, as férias remuneradas com acréscimo de 1/3 no salário, o 13º salário, o descanso semanal remunerado, a hora extra com remuneração de no mínimo 50% superior ao salário, a jornada de 8 horas diárias e 44 semanais, as licenças maternidade e paternidade.

O tema em si não é novo. Ao longo dos anos 90 a ladainha empresarial e governamental sobre o “custo Brasil” tem jogado sobre os direitos dos trabalhadores os problemas de “competitividade”.

Mas há uma novidade. Ao invés de reduzir na lei, propõe-se agora “negociar” entre sindicatos e empresas o que está na Constituição, para reduzir, já que para aumentar não há restrições legais.

DUAS VIAS NEOLIBERAIS PARA OS SINDICATOS

No começo dos anos 90 avaliava-se que o objetivo central do neoliberalismo era destruir o sindicalismo. Projetava-se assim a tenebrosa sombra de Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA) e sua violenta cruzada contra o sindicalismo dos seus países nos anos 80.

Depois viu-se que o neoliberalismo – no Brasil e em outros países – oferecia uma segunda via em sua relação com os



sindicatos. Ao contrário de entrar em choque com todo o sindicalismo (inclusive as burocracias sindicais), os sindicatos passam a ser vistos como parceiros desejados na “flexibilização” (retirada) de direitos através das negociações coletivas. Ao invés da destruição, a sobrevivência das burocracias sindicais. No lugar da pecha de regime autoritário, a condecoração pela democrática participação dos sindicatos nas decisões.

Esta modalidade de retirada de direitos via negociação coletiva vem sendo testada pelo governo desde meados da década, através das Medidas Provisórias sobre “banco de horas”, “contratação temporária” e “suspensão temporária do contrato de trabalho” que determinam que sua aplicação seja negociada com os sindicatos.

FHC propõe estender essa prática para o coração dos direitos trabalhistas e já recebeu o aceno positivo de Paulo Pereira, presidente da Força Sindical, através de seu presidente, Paulo Pereira, cujo sindicato (metalúrgicos de São Paulo) é um dos pioneiros na retirada de direitos via negociação coletiva.

No caso da CUT a questão é um pouco mais complexa. Por um lado, as declarações públicas de seus dirigentes frisaram sua oposição à retirada de direitos.

Mas também se a proposta do gover-

no fosse a retirada “a seco” de direitos sequer estaria em pauta. Seu “molho” está em que faz “acenos”. Eis como Dornelles caracteriza sua proposta: “Esse é o espírito da reforma que agora está em curso: a emancipação dos atores sociais e a promoção do princípio da negociação com vistas a garantir o progresso do país em conformidade com os novos tempos” (FSP, 17/01/2000). Compõem o “embrulho” do pacote promessas de maior autonomia dos sindicatos frente ao Estado e de valorização da negociação coletiva.

AMBIGÜIDADES DA CUT

Dessa forma, dialoga com uma certa interpretação da tradição cutista de luta pela liberdade sindical e a contratação coletiva de trabalho. Meses antes, Luís Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, escrevia que uma desejada “revolução nas relações capital-trabalho” passaria pela criação de “um dispositivo constitucional que faça prevalecer, em relação ao arcabouço legal..., tudo o que for negociado entre as representações de trabalhadores e empregadores”, ao mesmo tempo que se implementa “mudança da estrutura sindical” (FSP, 25/03/1999).

Como se vê, aqui também se fala em

A CUT DEVE LUTAR PARA GARANTIR A TODOS OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E QUESTIONAR AS AÇÕES ANTISINDICAIS.

RAFAEL FREIRE E SILVANA KLEIN

que o “negociado” possa alterar (reduzir) direitos que estão na lei (no caso na CLT). Uma visão como essa nunca foi aprovada em instância nenhuma da CUT, mas está expressa pelo presidente de um dos seus mais importantes sindicatos.

A CUT aprovou em várias oportunidades seu repúdio à PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 628/98 que trata da reforma dos artigos 8º (fim da unicidade sindical etc.) e 114 (alteração do poder normativo da Justiça do Trabalho). No entanto, paira na discussão interna a idéia de que há quem queira negociar a reforma sindical a partir dessa PEC, pois para alguns qualquer reforma seria melhor do que a permanência da atual estrutura sindical porque acham que ela é um impecilho para implantação do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos.

UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

A CUT deve se posicionar nesse debate a partir de dois elementos. O primeiro diz respeito ao papel do Estado nas relações de trabalho. Para a CUT é responsabilidade do Estado – através de leis trabalhistas, da inspeção do trabalho e da Justiça do Trabalho – garantir direitos básicos a todos os trabalhadores independentemente de sua capacidade de organização e mobilização. Esses direitos não podem estar “disponíveis” para a negociação entre os sindicatos e as empresas.

O segundo, é que o principal problema hoje para a aplicação da liberdade sindical são as ações anti-sindicais de patrões e governos (em particular, do federal). A CUT não pode aceitar que se inicie um debate sobre alteração do artigo 8º sem antes questionar amplamente e ganhar o apoio da maioria da população para punir e reverter os desmandos dos empregadores (privados e públicos).

É um bom começo a CUT ter “desconvidado” o ministro que iria anunciar na sua sede o maior ataque a direitos dos trabalhadores já realizado pelo governo FHC. Mas seria melhor ainda se nossa Central explicitasse nos seus documentos e na sua ação concreta uma alternativa de esquerda em contraposição às investidas neoliberais no terreno trabalhista e sindical.

RAFAEL FREIRE E SILVANA KLEIN SÃO MEMBROS DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT.

MEDICAMENTOS: OUTRA HISTÓRIA



SEÇÃO SAÚDE, A HISTÓRIA DA MEDICINA NO BRASIL. O PAPEL DA SAÚDE PÚBLICA. ANTONIO FERREIRA, 1984

O MINISTÉRIO DA SAÚDE É O GRANDE RESPONSÁVEL PELA ATUAL CRISE DE DESABASTECIMENTO DE MEDICAMENTOS E PELA ELEVAÇÃO DE SEUS PREÇOS.

TÚLIO BATISTA FRANCO

O Sistema Único de Saúde vive uma das piores crises já vistas na área de medicamentos. Além dos altíssimos preços praticados pelos laboratórios privados, vimos estampar o escândalo dos remédios falsificados e, ato contínuo, um cruel desabastecimento da rede assistencial de saúde em 1999. Diante disso, coloca-se uma primeira questão: poderia ser diferente? É claro que sim, se o governo FHC e seus ministros da saúde tivessem zelado, durante estes anos todos, pelo sistema de saúde público e cumprido o que estabele-

ce a legislação do SUS, que pressupõe o acesso universal à assistência a saúde. Mas a política do governo tem sido a de desregulamentação da economia e do setor saúde, o que tem desarmado o Estado para intervenções nesta área e a proteção dos usuários dos serviços assistenciais. Os serviços de saúde devem necessariamente estar sob gestão do Estado. Até mesmo na Inglaterra, o sistema público de saúde escapou da avassaladora avalanche neoliberal dos anos 80/90. Ali, o controle estatal sobre a produção e distribuição de medicamentos é total, inclusive com ingerência do Estado nas contas dos laboratórios.

A CPI DOS MEDICAMENTOS

Beira ao cinismo o depoimento de José Serra à CPI dos Medicamentos. Ao falar da carência de produtos e dos altos preços, o Ministro esquece que ele e seu governo são os grandes responsáveis pela atual crise de desabastecimento de medicamentos na rede assistencial. O Ministro da Saúde deixou a política de preços à mercê do mercado.

A intervenção estatal tem sido abso-

lutamente insuficiente nesta questão, em geral, pautada pela mídia. Assim, responde aos "incêndios", conforme os escândalos vão sendo expostos, como no episódio das falsificações, do erro no ensaio clínico com Microvlar, e agora com os preços e a ação nefasta dos laboratórios, que vêm a público através da CPI dos medicamentos. O governo federal deixa de investir nos 15 laboratórios estatais existentes, que poderiam assumir grande parte do abastecimento de muitos medicamentos, a preços muito baratos, à rede pública de saúde.

Este governo aprovou a Lei de Patentes que reconhece a propriedade intelectual dos laboratórios que pesquisaram e hoje fabricam medicamentos, dando-lhes o monopólio de fabrico por 20 anos. Quebrou a autonomia do país, que fica cada vez mais dependente das multinacionais, apesar de termos tecnologia suficiente para pesquisar e fabricar medicamentos, que associada à riquíssima biodiversidade, poderia transformar o Brasil em um campo avançado de pesquisa na área. Há um verdadeiro sucateamento das agências que fomentam a pesquisa no país, em todas as áreas, indistintamente.

MEDICAMENTOS E MODELO ASSISTENCIAL

A solução para esse grave problema passa, em grande medida, por uma política que restabeleça o poder de intervenção e o controle estatal sobre o setor, inclusive sobre as empresas privadas. É necessário que o governo federal cumpra a legislação existente, que estabeleça o controle da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — que deve atuar com todo rigor, impedindo falsificações, enquadrando os estabelecimentos que fabricam e distribuem os medicamentos nas normas técnicas nacionais, etc... É necessário que o governo federal adote uma política nacional de medicamentos genéricos, regulamentando a Lei e incrementando sua fabricação, usando para isto os laboratórios estatais.

Deve-se proibir propagandas de medicamentos e ampliar a lista daqueles a terem sua comercialização controlada. Toda esta ação deve vir combinada com

campanhas e ação pedagógica para alterar a cultura da população, em grande medida centrada no uso de medicamentos como a única possibilidade de resolver problemas de saúde. Isto age no imaginário da população como um fetiche, ilusoriamente capaz de resolver a maioria dos problemas de saúde. É claro que os medicamentos serão sempre indispensáveis em muitos casos, mas 80% dos problemas de saúde que freqüentam as unidades circunscritas à rede básica de saúde, não precisam necessariamente de medicamentos, mas de outras formas de intervenção, mais ligadas à área de educação, orientação ou ação social.

Portanto, além do problema do provimento de medicamentos para a rede de assistência à saúde *stricto sensu*, a questão de medicamentos tem a ver também com o modelo de assistência à saúde adotado no país. Este modelo, historicamente organizado e desenvolvido para a produção de procedimentos, opera em grande medida através da medicalização da sociedade; os medicamentos são um dos principais insumos na produção da saúde. Contribuem com a sua parte para movimentar os bilhões de dólares que circulam no mercado da saúde e engrossam os caixas dos laboratórios privados. O serviço de saúde tem, pois, a sua estrutura produtiva da assistência organizado para o uso excessivo de medicamentos e conseguiu, ao longo do tempo, estabelecer uma cultura voltada ao seu consumo, como se fosse isto que atendesse a sua necessidade.

Neste sentido, o problema dos medicamentos passa também por uma reestruturação no segmento da saúde, a ser operada através da reorganização do processo de trabalho, alterando aquele hoje centrado no saber-fazer do médico, para um fazer centrado em equipes multiprofissionais, que trabalham o "cuidado" aos usuários através de "tecnologias mais leves", ou seja, ações de promoção e prevenção à saúde eficazes com a população que tem maior risco de agravos à saúde (crônicos, crianças, mulheres).

TÚLIO BATISTA FRANCO É PSICÓLOGO SANITARISTA, MESTRE E DOUTORANDO EM SAÚDE COLETIVA PELA UNICAMP.

C I Ê N C I A

Bom, o mundo não acabou. Apesar de toda farra e brincadeiras, o tempo continua não dando a menor pelota para nossas expectativas. Quem quiser uma discussão interessante sobre alguns aspectos do tempo, pode ler o livro de Paul Davies *Os três últimos minutos* (Ed. Record). E quem quiser ler um debate sobre a relação entre ciências naturais e sociais, e as mazes das tentativas de adaptação daquelas nestas, leia *Imposturas Intelectuais*, de Sokal e Bricmont (Ed. Record).

FANTASMA OU ALGODÃO DOCE?

Muita gente já ouviu falar das bolas de fogo. Trata-se de um dos fenômenos mais bonitos da natureza. Durante tempestades com relâmpagos fortes aparece uma bola de fogo. São também chamados de relâmpagos esféricos. O danado desta história é que estas bolas de fogo parecem flutuar no ar, andam "de cá pra lá" até desaparecerem. Existem relatos de bolas de fogo que andaram por cima das cercas e chegam mesmo a entrar dentro das casas. Poucos fenômenos deram tanta origem a histórias fantásticas (e fantasmagóricas) quanto este.

Como as bolas de fogo aparecem sempre em tempestades com grande incidência de relâmpagos, acredita-se (ou acreditou-se) que sua

origem seja elétrica. Mas todas as tentativas de produção de bolas de fogo em laboratório, partindo das hipóteses de que houvesse uma natureza elétrica, foram frustradas.

Agora, John Abrahamson e James Dinnis da Universidade de Canterbury na Nova Zelândia têm uma nova proposta. Eles afirmam em artigo publicado na revista *Nature* de janeiro de 2000 que as bolas de fogo são algo parecido com um algodão doce incandescente. Este algodão doce, ao invés de açúcar, seria formado de finíssimos filamentos de silício, elemento muito abundante na natureza, que forma a areia (e os vidros). Também entrariam nesta composição carbono e oxigênio. Sua explicação é a de que, quando um raio atinge o solo, haveria a formação de pequenínimas partículas — com menos de um décimo de milionésimo de metro — que se juntariam em cadeias e formariam redes, tão leves que poderiam ser levadas pelo ar. Como o silício é extremamente reativo, ele entraria em combustão, o que explicaria a luz emitida. Esta hipótese surgiu da observação de estruturas como as descritas acima, quando uma forte descarga atingiu o solo. Agora, resta reproduzir as bolas de fogo, que parecem insistir em esconder sua verdadeira natureza...

LUZES DE MUITO ALÉM

Como sabemos, os planetas não emitem luz. Na verdade eles refletem a luz que incide neles, provenientes das estrelas. Assim a detecção de planetas fora do sistema solar é muito difícil. Enquanto já observamos milhões de estrelas, apenas nos anos recentes começamos a observar os planetas. Na verdade, a observação desses planetas tem se dado através de métodos indiretos, pelos distúrbios que eles causam nos movimentos das estrelas. Assim, desde as primeiras descobertas quatro anos atrás, já são hoje cerca de 30 planetas extrasolares catalogados. Mas para que esta influência seja observável por nós, é necessário que o planeta seja bem grande (Júpiter) e esteja bem próximo de sua estrela. Isto o torna desinteressante do ponto de vista de existência de vida, já que estes gigantes são basicamente enormes bolas de gás.

Na edição de dezembro da revista *Nature*, Andrew C. Cameron e colaboradores da Universidade de St Andrews, Escócia, informam sobre a primeira detecção direta de um planeta, a partir da observação da luz refletida por ele. O planeta por eles observado havia sido descoberto em 1997, e julgava-se que o mesmo tinha uma massa que seria em torno de quatro vezes a massa de Júpiter. Ele realiza uma translação em

apenas três dias, isto é, o "ano" deste planeta equivale a três dos nossos dias (rápido ele, não?); ele se encontra muito próximo de seu sol, muito mais do que Mercúrio (o planeta mais próximo do Sol). Devido a esta proximidade, este planeta deveria ser um bom candidato para a observação direta. O problema aqui é que deveria ser extremamente difícil separar o que é a luz direta da estrela e o que é a luz refletida pelo planeta. Mas como os movimentos que eles executam são diferentes, os autores acreditaram que poderiam se valer do fenômeno Doppler para separar as emissões da estrela e de seu planeta. O deslocamento Doppler é um fenômeno que ocorre quando uma fonte de onda desloca-se. É parecido com o efeito que observamos no som emitido por uma sirene, quando ela se aproxima e se afasta de nós (mudando de agudo para grave). Segundo os autores, o planeta é oito vezes mais massivo que Júpiter e duas vezes maior do que inicialmente fora avaliado. Apesar do alarde, contudo, anda é cedo para a confirmação desta observação. Outros grupos ainda não conseguiram repetir o feito. Ficamos aguardando, para ver se a observação deste gigante — verde — será confirmada em breve.

Américo Bernardes

DESPINDO A CAPA DO BRUXO



PAULO COELHO, PROPÕE UMA COMPREENSÃO INDIVIDUALISTA DO MUNDO E NEGA A RAZÃO E A AÇÃO SOCIAL COMO CAMINHO PARA MUDÁ-LO.

ENTREVISTA COM MÁRIO MAESTRI

esperando que o universo conspire em seu favor, como propõe Paulo Coelho, é simplesmente se transformar no peru da festa de Natal da sociedade de classes!

MAS PAULO COELHO VEM MODIFICANDO SUA ORIENTAÇÃO...

Certamente. Paulo Coelho explodiu com *Diário de um mago*. A seguir, escreveu *O alquimista*, seu melhor romance. No universo ficcional em que se move, *Brita* também foi um romance feliz, com a charmosa bruxinha irlandesa, igualzinha a centenas de milhares de jovens brasileiras sem maiores perspectivas de vida. Os romances seguintes, *As Valkírias* e *Na margem do rio Piedra*, ao contrário, mostraram que o autor encontrava-se já patinando.

Estava produzindo uma narrativa que repetia os mesmos conteúdos, sem inovar nem mesmo na forma. Se prosseguisse nesse caminho, terminaria se transformando em uma Agatha Christie do esoterismo. Paulo Coelho estava perdendo sua força como formador, ou, numa ótica racionalista, como deformador da visão de mundo de seus leitores. Estava perdendo a função social devido à qual tem recebido o apoio da grande mídia e dos chamados poderes constituídos.

Como o mundo de hoje não é, definitivamente, o mesmo de inícios dos anos 1990, Paulo Coelho reorientou sua literatura para se manter em sintonia com os novos ventos, para não perder a onda sobre a qual surfava.

Já há bastante tempo, ele não se define como mago e ressalta ser apenas um escritor. Como resultado dessa nova orientação, seu último livro, *Verônica decide morrer*, se refere aos problemas sociais e à realidade política que envolvem os personagens, algo absolutamente inexistente nos outros romances, como também literalmente expurga o esoterismo da narrativa.

Mas se a forma muda, permanece o essencial. O apelo e a apologia do individualismo, a proposta que cada um cuide de si, a negativa de compreender o mundo com um universo complexo de relações sociais produto do agir do próprio homem. Apesar de não se referir ao esoterismo e de não se servir dos tradicionais recursos da narrativa de auto-ajuda, continuamos ainda na esfera da para-literatura, já que também essa narrativa não expressa tensões essenciais das experiências humanas, reafirmando apenas os preconceitos que mantêm o ser social nos vales de sombras da alienação.

Mário Maestri é historiador, autor de mais de 20 livros e leciona no Curso de Pós-Graduação em

História da Universidade de Passo Fundo. Ele acaba de lançar, pela editora AGE de Porto Alegre, um ensaio intitulado *Por que Paulo Coelho teve sucesso*, sobre a produção literária do conhecido escritor.

POR QUE UM LIVRO SOBRE PAULO COELHO?

No Brasil, Paulo Coelho é o autor mais lido entre os estudantes secundários e universitários. Ele já vendeu mais de 20 milhões de livros em todo o mundo, tornando-se o escritor brasileiro mais lido até hoje. Gostemos ou não, é um fenômeno literário com amplíssima influência social, cultural e ideológica.

POR QUE ELE TEVE TANTO SUCESSO?

Vejam, primeiro, as razões textuais. Paulo Coelho militou no jornalismo, no teatro e foi letrista de sucesso, antes de virar romancista de tema esotérico. Seu texto repete as orientações do moderno jornalismo, é construído com frases, parágrafos e capítulos curtos, com linguagem simples e obedecendo a ordem direta. É um texto de fácil leitura, adaptado a um público não habituado à leitura ficcional clássica e densa. Retomando recursos da narrativa dramática, seus romances têm pouquíssimos personagens, geralmente quatro ou cinco, e a trama desenvolve-se sem ruptura, sem *backgrounds*, avançando, sempre, no espaço e no tempo. Os romances contam, sempre, uma história simples, algumas vezes verdadeiramente simplória, interrompida por outras pequenas narrativas, também muito simples, como é habitual nas novelas da televisão — a busca de uma espada, a busca de um tesouro, a busca dos anjos, a busca do amor, etc. É um texto fácil de ser lido, para um público com pouco tempo, pouco treino e pouca disposição para grandes aventuras intelectuais.

E APENAS ISSO EXPLICA SEU SUCESSO?

Não. Essas características textuais apenas permitiram que o conteúdo de sua literatura chegasse aos leitores. A ensaística de auto-ajuda nasceu devido à alienação propiciada pela produção capitalista. Já entre 1960 e 1970 houve uma produção de romances de temática esotérica de sucesso, que retomou os motivos fundamentais daquela narrativa ensaística, como a de Carlos Castañeda. Paulo Coelho continua e inova essa tradição. Ele continua, ao criar uma narrativa onde os personagens são bruxos e bruxas, apresentados como personagens contemporâneos verídicos.

Os bruxos do passado eram geralmente indivíduos transgressores em confronto com a ordem social e religiosa medievais. Eram apresentados como velhas e velhos dilacerados pelas práticas e angustiados pelas pesquisas que realizavam. Ao contrário, as bruxas e bruxos coelhianos são pessoas comuns, adultos ou jovens, charmosos, bem sucedidos na vida, perfeitamente integrados na sociedade de consumo. Andam em carros esportivos, moram em apartamentos confortáveis, verdadeiros magos *yuppies*.

Criou uma literatura feita sobre medida para uma geração ainda encantada pela retórica neoliberal da época, mas angustiada e desmoralizada pelo mundo sem perspectivas que se abria diante de seus olhos. Uma literatura que servia e serve como suave lenitivo para o homem moderno literalmente estarecido diante de um mundo e uma vida que fogem ao seu controle e não consegue mais compreender, minimamente.

É uma literatura encantada para um leitor encantado por uma sociedade que lhe propõe que nada se pode fazer para modificar o desastre que vivemos. E é, creio eu, a conjunção dessa literatura particular, com a violenta maré neoliberal que avassalou o mundo, em fins dos anos 1980, que permitiu que a literatura de cunho esotérica coelhista saísse do gueto e se transformasse no fenômeno de venda, para muitos inexplicável. Ou seja, um mundo que se barbarizava exigia uma literatura barbárica.

A LITERATURA COELHISTA CUMPRIRIA A MESMA FUNÇÃO ANESTÉSICA E ALIENANTE DA NARRATIVA DE AUTO-AJUDA?

Sim, porém com algumas especificidades. Creio que o poder de influência comportamental da literatura de tema esotérico seja bem mais amplo do que do ensaísmo de auto-ajuda, já que se serve, mesmo sob a forma de para-literatura, das armas e instrumentos da ficção em prosa, que lhe permite envolver e comprometer um público leitor mais vasto num universo cultural e ideológico, em grande parte, em forma inconsciente.

A grande comunhão entre a ficção coelhista e o ensaísmo de auto-ajuda é a compreensão/interpretação individualista do mundo e a negação da razão e da ação sociais como possibilidade de transformá-lo. Possui, ambos, um forte conteúdo quietista e socialmente desmobilizador. Para a ficção coelhista e a auto-ajuda, é através da galvanização de forças individuais interiores e da submissão do ser social à realidade tal como ela se apresenta, isto é, à atual ordem capitalista, que o indivíduo pode alcançar seus objetivos, logicamente pragmáticos, individualistas, hedonistas e egoístas.

Há um incessante fortalecimento dos preconceitos, conscientes e inconscientes, dos leitores, isto é, do senso comum e das estruturas dominantes de pensamento. Ao ler Paulo Coelho, o leitor avança maravilhado, escancarando portas abertas e descobrindo verdades óbvias, num processo que o conforta, já que realimenta as ilusões próprias ao mundo alienado em que se encontra: que o amor protege os inocentes; que os justos serão redimidos; que você pode conseguir tudo, caso se esforce; que o trabalho é sempre recompensado; que você é um ser especial; que os ricos e os pobres são iguais; que nesse mundo, a beleza interior vale tanto como a exterior...

Mas no Sermão da Montanha da vida real em que vivemos, os pobres e oprimidos que não se unem e não se organizam são desfrutados pelos ricos e poderosos, incessante e impunemente. Ficar olhando, encantado, para seu umbigo,

É NECESSÁRIO UM
ESFORÇO COLETIVO
CAPAZ DE MOBILIZAR
PACIÊNCIA E
CRIATIVIDADE NA
CONSTRUÇÃO DE UMA
NOVA POLÍTICA
CULTURAL.

FERNANDO KINAS

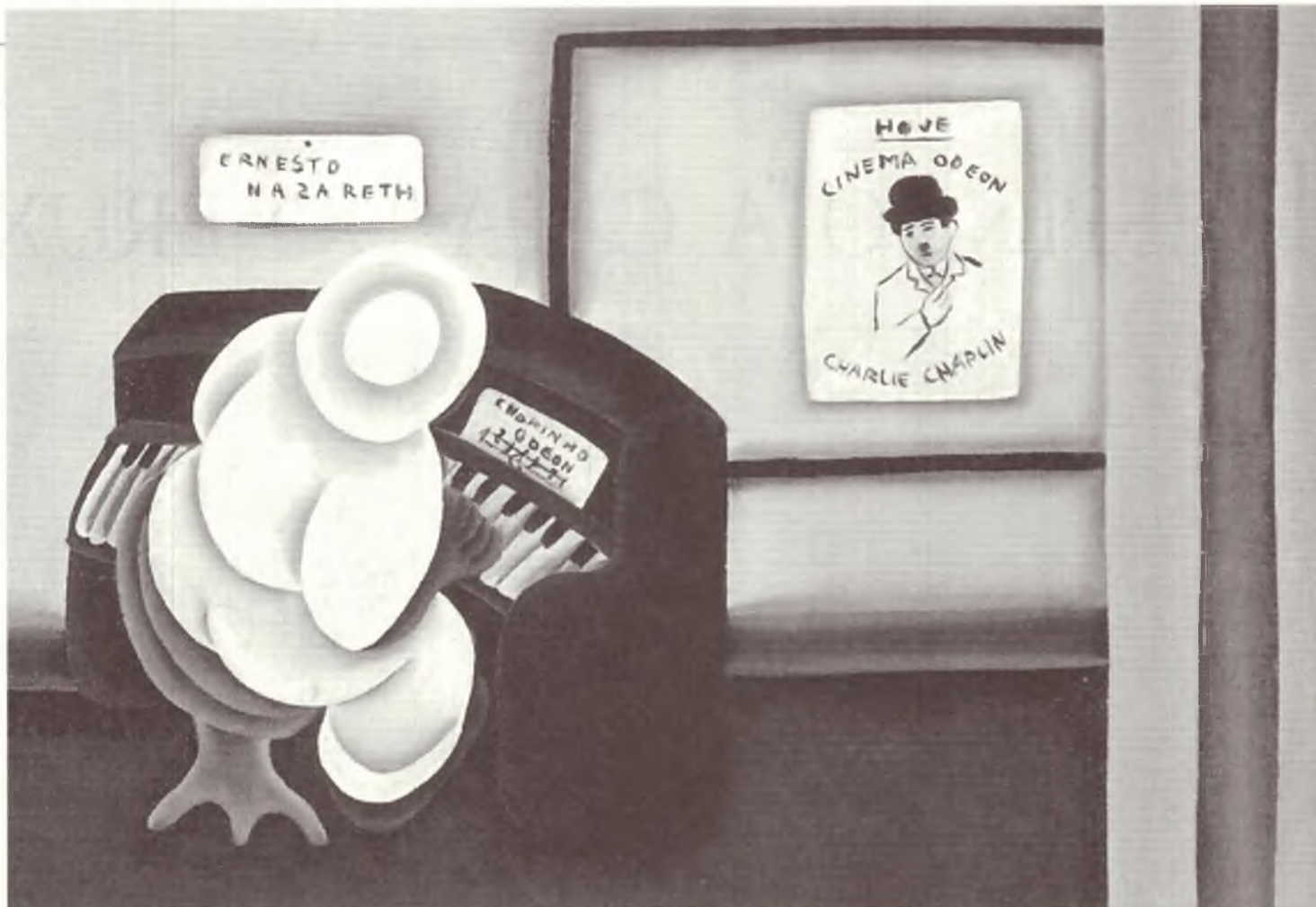
A gestão cultural ainda engatinha no Brasil. No setor privado não se pode dizer que exista visão estratégica nesta área, pois ele orienta os investimentos segundo o critério da rentabilidade econômica imediata ou na vinculação de marcas com algum produto da cultura de massa. Já no setor público diversos e persistentes problemas se acumulam, da descontinuidade das ações, em função do ciclo eleitoral, até a falta de formação dos profissionais, passando por vários vícios de funcionamento.

Na maioria dos países desenvolvidos o Estado assume inúmeras funções relacionadas à conservação, criação e difusão artística, garantindo a elaboração, aplicação e avaliação de uma política cultural. Ao contrário do que se pode imaginar, o Brasil também tem sua política cultural. Estruturada de acordo com sensibilidades políticas, regionais, ou mesmo religiosas, e em função do âmbito de abrangência e das condições econômicas, estas políticas de gestão da cultura têm sido, no entanto, globalmente incapazes de criar condições favoráveis para as práticas artísticas e culturais, incluindo a produção de obras, o fenômeno da recepção pelo público e o exercício informal de atividades culturais.

GRANDES DIFICULDADES

Incontáveis dificuldades podem ser apontadas, muitas delas relacionadas a ausência de verbas. Não se pode negar que os investimentos públicos na área cultural são insuficientes, mesmo levando em conta as imensas carências do país em áreas como a saúde e a educação. Aliás, invertendo uma lógica simplista que funciona em termos de exclusão, carências brutais nestas áreas deveriam, ao contrário, estimular investimentos para a criação de um ambiente cultural crítico e criativo capaz de ajudar na superação de alguns dos nossos graves problemas sociais.

Mas os problemas de caixa não são os únicos vilões da história. O setor público não define, propriamente falando, uma política cultural. Ela existe como um amontoado de práticas mais ou menos institucionalizadas: organização de exposições; ajudas pontuais para a realização de espetáculos; gastos com a manutenção de museus, teatros, cinemas e bibliotecas; investimentos ocasionais em reciclagem profissional etc. Em muitos casos estas práticas não são coordenadas, a gestão é desorganizada e recursos são desperdiçados; não são estabelecidas metas políticas, com definição inequívoca de prioridades; preocupações com a continuidade, inserindo estas práticas no



DESCAMINHOS DA POLÍTICA CULTURAL

tempo para além dos quatro anos definidos pelo calendário eleitoral, são corpo estranho nos gabinetes dos administradores da cultura; funcionários, desestimulados pelo massacre operado pelo governo no setor público, nem sempre correspondem às exigências de um setor tão delicado e privado de recursos. E não se pode esquecer ainda o oportunismo político que, misturado com miopia administrativa, privilegia grandes eventos ou ícones que sensibilizam mais facilmente o eleitorado.

Entretanto, exemplos localizados de políticas culturais bem-sucedidas contradizem aqueles que propõem a lei da selva, traduzida pela exclusão ou drástica diminuição do poder público no setor. Um novo contrato, estabelecendo obrigações e direitos para o poder público e para os profissionais da cultura, não é apenas possível, mas necessário. A definição de regras claras, acompanhadas de rigorosa avaliação e fiscalização, é uma forma eficiente de evitar a informalidade perniciosa, que abre as portas para as trocas de favores e outros descompromissos éticos.

DEFINIR REGRAS CLARAS

A importação de modelos é sempre delicada, mas experiências de gestão cultural em países europeus indicam caminhos concretos para a construção de uma política cultural vigorosa no Brasil. Recentemente a ministra da cultura francesa afirmou que “o engajamento do Estado em favor da arte e da cultura diz respeito, em primeiro lugar, à uma concepção e à uma exigência democrática que consiste em favorecer o acesso de todos às obras de arte e às práticas culturais, e à alimentar o debate coletivo e a vida social com uma presença importante da criação artística.” Diferente do Brasil, o Estado francês não abdica de suas prerrogativas na definição de prioridades culturais e artísticas.

Nosso mecanismo baseado nas leis de incentivo, por exemplo, outorga às empresas, privadas ou públicas, a deci-

são de investir neste ou naquele projeto. Inevitavelmente é a lógica do mercado que leva a melhor. Independente de critérios de importância social ou qualidade estética, inúmeros projetos são aprovados unicamente em função da rentabilidade (no limite, sempre econômica) que podem proporcionar ao patrocinador. No caso do teatro a “rentabilidade” não significa normalmente ganhos econômicos diretos, mas a identificação de tal produto, marca ou empresa, com artistas conhecidos por suas atuações na televisão, importando pouco a natureza daquilo que é veiculado nos espetáculos. É preciso lembrar ainda que estas leis funcionam com base no princípio de renúncia fiscal, ou seja, na ponta do processo quem patrocina é o próprio Estado. Ele assume os custos ao mesmo tempo que renuncia à qualquer definição de prioridades. Caso lastimável de abdicação de competência.

UMA POLÍTICA COORDENADA

“Gerir o existente – afirma a ministra da cultura francesa – ou tapar os buracos, seria caminhar diretamente em direção à subordinação cada vez maior às forças do mercado”. Conclusões semelhantes são moeda corrente na Alemanha há muitos anos, mesmo sob governos conservadores. Dentro dessa perspectiva caberia ao governo propor um calendário de discussões com o conjunto dos interessados (artistas, associações, sindicatos, partidos políticos etc.), desencadeando ações concretas que fariam parte de uma política cultural coordenada. Sem “gerir o existente” o Estado deveria organizar as condições econômicas, jurídicas (simplificação dos trâmites burocráticos, aperfeiçoamento da lei sobre os direitos autorais etc.) e sociais para o desenvolvimento da cultura e da arte no país.

Uma série de medidas poderiam ser discutidas, como a subvenção de projetos de longo prazo, permitindo, por exemplo, o surgimento de novas companhias artísticas e a sobrevivência das já

existentes. O aumento e a reorientação das subvenções, com acompanhamento criterioso do poder público, provocaria efeitos em cadeia, aumentando a qualidade das obras, formando um novo público e consolidando as práticas culturais na vida cotidiana. Outras ações, como a criação de prêmios de estímulo na área de edição (publicação de textos teatrais, catálogos de arte etc.) ou para a produção da primeira obra profissional (filme, disco, coreografia, espetáculo teatral etc.), poderiam ser adotadas. Sem esquecer apoios específicos para os trabalhos amadores, que além da dimensão especificamente artística, desempenham um papel importante no desenvolvimento pessoal. Uma série de parcerias, potencializando recursos e evitando despesas desnecessárias, poderiam ser estabelecidas entre governo e organizações da sociedade civil.

Falta-nos a prática da discussão. Muito pode ser feito desde que exista disposição dos centros de decisão, ou pressão conseqüente dos interessados. Temas como a política de preços dos ingressos, a avaliação qualitativa de projetos, a conservação do patrimônio, a formação do público jovem, os critérios de ocupação dos teatros públicos, a salvaguarda e difusão da memória dos espetáculos efêmeros raramente são debatidos. A situação atual não permite o desenvolvimento de trabalhos contínuos. A “política de editais” é um dos exemplos, ela deixa a maior parte dos criadores à mercê dos humores da administração pública, já que normalmente a dotação e o cronograma destes editais não são definidos com suficiente antecedência. Este estado de coisas reforça o improvisado e a superficialidade. A questão cultural é um assunto político, diversas concepções inevitavelmente se contrapõem, mas dado o panorama pouco consolador, não faria mal um esforço coletivo capaz de mobilizar paciência e criatividade para a construção de uma nova política cultural.

FERNANDO KINAS É DIRETOR E PESQUISADOR TEATRAL.

A NUVEM

"Creio que nós, latino-americanos, devemos sempre partir da nossa realidade sociocultural. Não que ela seja melhor que a dos outros. Tenho para mim que cada país deve se expressar de maneira própria em relação às suas tradições. Tenho tentado, em meu diálogo com cineastas latino-americanos, combater o cinema da cópia. O arremedo do cinema de Hollywood. Eles fazem o cinema deles que, por sinal, está fincado nas tradições culturais, mitos e no processo histórico que ergueu os EUA. Por que nós temos que copiar as fórmulas deles?" (Fernando Solanas).

Entra em circuito de cinema nas grandes cidades o filme *A Nuvem* (La Nube, 1998), o sétimo longa-metragem do cineasta argentino Fernando Solanas, mundialmente conhecido pelos filmes *Tangos: O Exílio de Gardel* (Tangos, El Exilio de Gardel, 1985) e *Sur: Amor e Liberdade* (Sur, 1987).

Para os não conhecedores do cinema político de Solanas um aviso: não se trata apenas de um leve entretenimento, uma sessãozinha para se assistir e esquecer logo a seguir. O seu cinema é extremamente corrosivo, deixa cicatrizes, não sendo apenas sobre a Argentina atual, mas sobre o Brasil ou

qualquer país latino-americano, condenado ao desprezo, à burocracia, à corrupção.

"Até quando vamos andar para trás?" Esta frase do filme ecoa e sufoca mesmo após o filme terminado.

A fotografia de *A Nuvem*, como sempre muito boa, opta pelos tons de branco, cinza e preto, nos mostrando uma Buenos Aires úmida, escura e chuvosa (e não poderia ser de outro jeito). A Argentina de Solanas é tratada em tons operísticos e os personagens são velhos conhecidos nossos: os aposentados esquecidos em pilhas de processos, os governantes e burocratas adésistas, os capituladores, os loucos, o Poder Judiciário inoperante e os pobres artistas, condenados a gritar no vazio.

E são os artistas de teatro independente de *A Nuvem* que detonam toda a ação, sempre mostrada em tons oníricos.

Entre um ato e outro da peça, protagonizada pelo também diretor Max (Eduardo Pavlovsky), vemos teatro falar de vida ("Era uma vez um país onde inteligentes eram governados por idiotas... e estes inteligentes tiveram que fazer coisas cada vez mais idiotas para serem respeitados pelos idiotas...") e vida falar de teatro.

Dentro dos conflitos dos membros do teatro *El Espejo* é que vemos os

"esquecidos" representados: o artista sem público, a mulher negra (brasileira) vítima de toda a sorte de preconceitos, o cantor de tango que prefere o hospício à realidade, o autor teatral que não consegue recompensa por décadas de dedicação à arte... É no teatro, com a eletricidade cortada e ameaçado de demolição, que se desenvolve a maior parte da trama, secundada por mais dois espaços: o palácio do Tribunal de Justiça e o hospital psiquiátrico, captados em lente grande angular para dar idéia de imensidão.

A cultura (a arte em geral) relegada a último plano, a televisão substituindo qualquer outro meio, os traidores no governo, a impunidade... todos são os ingredientes de Solanas para fazer um apelo à resistência.

O cinema de Solanas continua a resistir, mesmo nos momentos em que capitular parecia mais fácil... e esta resistência data de muito. Em 1966/1968 realizou um documentário de quatro horas, extremamente engajado, *La Hora de Los Hornos*, que inclui trechos de filmes de cineastas cinemanovistas, como *Majoria Absoluta*. Pouco tempo depois elaborou um manifesto por um "Terceiro Cine", no qual faz um apelo a um cinema de guerrilha, mas a guerrilha do diretor argentino acaba alcançando um público mais vasto porque não perde o humor e a poesia.

Neste último período, quando o cinema brasileiro se dispõe a falar sobre o Brasil o faz ou de forma tímida ou de forma falsa, mentirosa, infiel. Talvez por isto seja possível dizer que quem melhor representou o que somos nós hoje, latino-americanos alijados, traídos, foi o cinema do argentino Solanas, um homem a quem se pode fazer sérias críticas, inclusive por sua ligação com o peronismo, mas que não se pode acusar de esquivar-se da sua responsabilidade como artista com a sociedade e seu tempo.

Luciana Rodrigues



Marcuse: A grande recusa hoje

Isabel Loureiro (org.). *Herbert Marcuse: a grande recusa hoje*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. Coleção Zero à Esquerda.

A momentânea "crise do socialismo" provocou, nos meios acadêmicos e não só neles, um forte desinteresse pelo pensamento marxista. Foram poucos os autores que escaparam desse injusto esquecimento. Herbert Marcuse – que, no final dos anos 60, esteve entre os autores mais lidos em todo o mundo, inclusive no Brasil – foi uma das vítimas desse transitório eclipse da cultura socialista e revolucionária.

Esse "esquecimento" de Marcuse não me parece casual, no momento em que o "pensamento único" imposto pelo conservadorismo neoliberal desfruta de uma inegável hegemonia. Como bem observa Isabel Loureiro, na apresentação deste volume, Marcuse foi "o único filósofo da Escola de Frankfurt a levar adiante o projeto da teoria crítica dos anos 30 – manter unidas filosofia, teoria social e política radical". Enquanto Adorno e Horkheimer, sobretudo a partir do exílio americano, converteram cada vez mais a teoria crítica numa abstrata Kulturkritik assimilável em última instância pela ordem dominante, Marcuse empenhou-se apaixonadamente, como o demonstram os textos recolhidos nesta coletânea, em identificar – no "mundo administrado" do capitalismo tardio – os novos sujeitos coletivos capazes de

encarnar o projeto radical de transformação revolucionária da sociedade.

É verdade que ele não teve êxito nessa identificação (mas, afinal, quem o teve?). Além disso, uma leitura apressada da proposta marcuseana da "Grande Recusa" levou algumas vezes à gestação de subculturas irracionais, que passaram progressiva e sub-repticiamente da crítica do capitalismo a um equivocado combate contra o progresso técnico ou mesmo contra a tradição racionalista. Esse fenômeno foi evidente no Brasil: de saudável estímulo à crítica do burocratismo e da mesmice de setores da nossa esquerda, Marcuse rapidamente se converteu, no final dos anos 60, em fonte inspiradora da



"contracultura" tupiniquim, responsável pelo "desbunde" que levou muitos dos nossos intelectuais a empreenderem uma apressada transição do *gauchisme* ao irracionalismo "orientalista". Quando Marcuse publicou *Contra-revolução e revolta* (1972), uma lúcida autocrítica na qual buscava desautorizar essas leituras irracionais de sua obra, isso se deu quando já era evidente um crescente refluxo internacional da esquerda. De lá para cá, foram muito poucos os que leram Marcuse. Ao contrário, são muitos os que lêem Paulo Coelho.

Agora que começam a se abrir as primeiras fendas no "pensamento único", é mais do que oportuno que Marcuse seja de novo reproposto ao leitor brasileiro, trinta anos depois de sua primeira incursão em nosso País. E que também o seja, como neste livro, através de suas últimas intervenções políticas (entrevistas, cartas, etc.), nas quais reafirma seu compromisso com uma "política radical", com a revolução socialista. Decerto, não se trata, quando hoje o relemos, de concordar com todas as suas propostas, que a passagem do tempo revelou em muitos casos insatisfatórias. O que se trata de resgatar em Marcuse são os muitíssimos estímulos morais e intelectuais que ele nos lega para a reconstrução de uma perspectiva socialista e radical adequada ao século XXI.

Carlos Nelson Coutinho



As várias reformas políticas

José Dirceu e Marcus Ianoni. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Folheto de análise crítica das propostas conservadoras de reforma política do ponto de vista do Partido dos Trabalhadores, explorando diferentes facetas da arquitetura institucional do país.

RAÍZES DO DESEMPREGO

Jorge Mattoso. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Folheto bem documentado, com numerosas tabelas e gráficos, que mostra como foram destruídos, ao longo dos anos 90, mais de três milhões de empregos.

Educação popular

Afonso Celso Scocuglia e José Francisco de Melo Neto (orgs.). *Educação popular: outros caminhos*. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

Textos de um seminário sobre educação popular realizado em 1998 pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB. São nove textos de professores do Centro de Educação desta universidade, debatendo diferentes aspectos da educação popular.

A EXPLICAÇÃO DO MUNDO

David Eliot Brody e Arnold Brody. *As sete maiores descobertas científicas da história*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Uma excelente obra de divulgação científica na tradição dos livros de Carl Sagan e Stephen Jay Gould, que relata a história da compreensão de sete aspectos decisivos do mundo: a gravidade e as leis básicas da física; a estrutura do átomo; o princípio da relatividade; o big-bang e a formação do universo; a evolução e o princípio da seleção natural; a célula e a genética; e a estrutura do DNA.

A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ESTARIA CONDENADA AO ESQUECIMENTO? MAS UM ESPECTRO PERSEGUE O CAPITALISMO DESDE 1848. E, COMO SE SABE, FANTASMAS NÃO TEM IDADE. ELE ESTÁ SORRINDO PARA AQUELES QUE PROCLAMAM O FIM DA HISTÓRIA.

DANIEL BENSAÏD



Há cento e cinquenta anos, um espectro assombrava a Europa. Estes últimos anos, diz-se que ele desapareceu. Mas ele foi somente eclipsado. Se existe um novo espírito do capitalismo,

deve existir também um novo espírito do comunismo que o segue como uma sombra.

Em sua fuga para frente e em sua sede insaciável de lucro, o capital transforma tudo em mercadoria, a terra e a água, os corpos e os órgãos, os saberes e a saúde. Ele devora os espaços e engolfa os territórios. A ronda macabra das mercadorias se acelera de forma incessante. A época se enebria de velocidade e de mobilidade. É a hora do portátil e do nômade, do móvel e do flexível. "Tudo que é sólido se desmancha no ar", diz o *Manifesto comunista*. E "tudo que era sagrado é profanado".

A MUNDIALIZAÇÃO IMPERIAL

Este turbilhão é o da mundialização. Não da mundialização plena, neutra e inocente, mas da mundialização mercantil e imperial, que aumenta as desigualdades, reforça o domínio das potências, concentra as riquezas e os poderes. Ela uniformiza, de um lado, e concentra, de outro. O mundo se fragmenta na medida em que se unifica, na concorrência de todos contra todos, no salve-se quem puder e no cada um por si das identidades intolerantes. Entrevê-se as conseqüências desastrosas do que Jean-Claude Michéa chama "um capitalismo absoluto" e Michel Surya "um capitalismo sem exterior", prenhe de crises inéditas.

Este capitalismo radicaliza a lógica da mercadoria, da qual Marx tinha antevisto as conseqüências macabras. A crítica do capital e de seu (mau) espírito é mais do que nunca atual. Ele conseguiu, na sequência de suas metamorfoses, dar provas de uma extraordinária vitalidade e reduziu a fumaça uma forma primitiva de comunismo grosseiro, sem que isso o torne imune ao ressurgimento da questão comunista no século que começa. Este comunismo novo surge no movimento real de resistência à ordem das coisas realmente existentes, à suas

UM CERTO SORRISO

injustiças e à seu desencantamento. O fetichismo da mercadoria penetra por todos os poros da sociedade planetária. O despotismo do mercado se estende sem limites. Como imaginar que esta globalização capitalista possa escapar da globalização de suas críticas?

O mundo desigual e brutal da mundialização imperial está cheio de barbáries inéditas que ainda temos tempo de conjurar. É mais urgente do que nunca mudar. Suas numerosas vítimas tem muitas razões para se convencer disso. Cada vez é mais difícil encontrar os meios de quebrar o círculo vicioso da exploração e da opressão, escapar da servidão involuntária das alienações e do fetichismo, encontrar enfim uma saída à reprodução infernal da dominação.

IRRACIONALIDADE CRESCENTE

O capitalismo absoluto se caracteriza por uma desregulamentação geral da relação da humanidade com a natureza e dos seres humanos entre si. A crise do trabalho assalariado (o desemprego e a exclusão) e a crise ecológica são suas duas manifestações mais gritantes. Elas exprimem a irracionalidade crescente da medida mercantil, ou da lei do valor, que submete toda riqueza social ao tempo de trabalho abstrato. Marx previu que quanto mais o trabalho fosse socializado e se tornasse complexo, mais ele incorporaria conhecimentos acumulados ao longo das gerações e mais esta medida se tornaria "miserável".

Aqui estamos nós: não em uma simples crise periódica da economia, mas em uma verdadeira crise de civilização. Mudar o mundo, seria em primeiro lugar mudar de medida, unir a economia à política, escolher democrática e conscientemente a humanidade que nós queremos nos tornar. Ora, quando se trata da jornada de trabalho, das aposentadorias, da flexibilidade, é sempre o mercado e o valor que fazem a lei, cada vez mais a mesma, em tempo real e em escala planetária.

O SORRISO DO FANTASMA

Os fantasmas, como se sabe bem, não tem idade. Mas nem por isso eles deixam de conhecer metamorfoses. Enquanto o capital crescer ao longo de suas rotações e engordar com a mais-valia, o traço vermelho da luta de classes permanecerá o fio condutor para desembaraçar o emaranhado das identidades e dos conflitos. E na medida em que o capital penetra em todos os poros da sociedade, esta luta se generaliza. O novo espírito do comunismo é, portanto, também, um espírito ecológico e feminista: a mulher é o futuro do fantasma – e reciprocamente. E ele é, mais do que nunca, um espírito internacionalista, que não se contenta mais em assombrar a Europa mas que também se mundializa, à sua moda, para assombrar o mundo.

No país das maravilhas, Alice se sur-



preendeu com o sorriso do gato. Alguns pretendem ter visto fantasmas rirem sarcasticamente, mas eles nunca viram o sorriso? Entretanto, ele sorri estranhamente, sob seu sudário, o fantasma que voltou e vai retornar. Um certo dia de junho de 1848, narra Tocqueville em suas memórias, sua família estava reunida para jantar em seu abastado apartamento na 7ª circunscrição. Subitamente, na doce quietude da noite, ecoam os tiros de canhão lançados pela burguesia sobre os trabalhadores amotinados. Uma empregada doméstica que servia a mesa e que tinha acabado de vir do subúrbio de Saint-Antoine deixou escapar um ligeiro sorriso. Ela foi despedida imediatamente. "O verdadeiro fantasma do comunismo (comenta Toni Negri) está talvez neste sorriso, aquele que apavora o tzar, o papa, e o senhor de Tocqueville".

MUDAR O MUNDO

O fantasma sorri suavemente. Porque a história não acabou. A eternidade não é deste mundo. Quem pode dizer o que serão as revoluções do novo século?

Quem pode prever como, no mundo que se fragmenta na medida em que se mundializa, as revoluções locais, nacionais ou regionais poderão transcrescer em revolução mundializada? Quem pode pretender ditar os modos de libertação da humanidade futura? Quem pode prever as opressões antigas e novas suscetíveis de surgirem dos escombros do Mundo Antigo?

A "velha toupeira" da história continua cavando. A concentração sem precedentes da propriedade e do poder (sua fusão crescente), a divisão desigual do mundo, a multiplicação de alienações de todo tipo, exigem mais do que nunca a subversão da ordem estabelecida, a transformação radical das relações de propriedade e de poder, o desaparecimento do Estado burocrático. A dúvida reside menos na imperiosa necessidade de mudar o mundo (de mudar de lógica), do que sobre os meios para fazer isso. Sem pretender fazer tábula rasa do passado nem saltar por cima de nossa época, trata-se de ficar a espreita, preparando-se para o inédito que pode surgir na brecha do acontecimento.

EM TEMPO



DANIEL BENSAÏD É FILÓSOFO E AUTOR DE **MARX, O INTEMPESTIVO** (RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1999).